

INFORMS

**INFORMATIVO
MERCO SHIPPING**

**RESUMO INFORMATIVO
COM AS PRINCIPAIS
NOTÍCIAS DOS SETORES
PORTUÁRIO E DE
NAVEGAÇÃO**

**Edição 021/2021
Data: 03/02/2021**

ÍNDICE

PARA ACESSAR RAPIDAMENTE O ARTIGO, POSICIONE O CURSOR NA MANCHETE, E SIGA AS INSTRUÇÕES.

A TRIBUNA DIGITAL (SP)	4
APÓS PREJUÍZOS DE R\$ 1,2 BILHÃO, CONCAIS PLANEJA RETORNO DE CRUZEIROS.....	4
ANVISA, RECEITA FEDERAL E VIGIAGRO BUSCAM AGILIDADE	6
TES FAZ PLANOS PARA NOVOS INVESTIMENTOS ATÉ 2023	7
COPERSUCAR APOSTA EM TECNOLOGIA E INOVAÇÃO PARA GANHAR EFICIÊNCIA.....	9
ECOPORTO PREVÊ AUMENTO DE 20% NA MOVIMENTAÇÃO DE CARGAS EM 2021	11
PORTAL PORTO GENTE	12
PODRES PODERES	12
O SOPESP – SIND DOS OPERADORES PORTUÁRIOS DO EST. SP	13
PREÇOS DO ALGODÃO VOLTAM A ATINGIR PATAMARES RECORDES NO BRASIL	13
NOVO CENÁRIO DA ECONOMIA MUNDIAL, PÓS-ELEIÇÃO DE JOE BIDEN, E O REFLEXO AMBIENTAL NO AGRONEGÓCIO FORAM TEMA DE DEBATE.....	13
PORTO DE XANGAI É LÍDER MUNDIAL EM MOVIMENTAÇÃO DE CONTÊINERES POR 11 ANOS CONSECUTIVOS	15
ÍNDIA ANUNCIA O MAIOR INVESTIMENTO DA HISTÓRIA DO PAÍS EM FERROVIAS	15
PORTO DO RIO DE JANEIRO RECEBE VISITA DE COMITIVA DE SEGURANÇA	16
AHORA - SC	16
GOVERNADOR CARLOS MOISÉS DECIDE EXTINGUIR A SCPAR E DESESTATIZAR OS PORTOS DE IMBITUBA E SÃO FRANCISCO DO SUL.....	16
ISTOÉ - DINHEIRO	17
PARA ACELERAR PRIVATIZAÇÃO DA ELETROBRAS, GOVERNO FALA EM ENVIO DE MP A CONGRESSO.....	17
BB ANUNCIA ABERTURA DE 14 NOVAS AGÊNCIAS ESPECIALIZADAS NO AGRO EM SEIS ESTADOS.....	18
GERAÇÃO DE EMPREGO NO AGRONEGÓCIO TEM MELHOR RESULTADO EM 10 ANOS, DIZ CNA.....	18
‘VAI SER RÁPIDA’, DIZ PACHECO, SOBRE FUNCIONAMENTO DA COMISSÃO MISTA DE ORÇAMENTO	19
DEMANDA POR TRANSPORTE AÉREO DE CARGA EM 2020 FOI A PIOR DESDE INÍCIO DA SÉRIE	19
EPOCA NEGÓCIOS	20
OPERAÇÕES ANTIGAS NO REPETRO ELEVARAM ARTIFICIALMENTE IMPORTAÇÕES, DIZ CNI.....	20
FLUXO CAMBIAL AO BRASIL FICA POSITIVO EM US\$ 2,8 BI EM JANEIRO, MELHOR RESULTADO PARA O MÊS EM 3 ANOS	22
AGENCIA EPBR DE NOTÍCIAS	22
PRIVATIZAÇÃO DA ELETROBRAS É POSSÍVEL COM “ACORDO PARA INVESTIMENTOS NO NORTE E NORDESTE”	22
CADE APROVA SAÍDA DA TOTAL DE BLOCOS DA FOZ DO AMAZONAS.....	25
JORNAL O GLOBO – RJ	26
PARA EMPRESÁRIOS, LIRA E PACHECO AINDA PRECISAM PROVAVELMENTE ALINHAMENTO COM AGENDA ECONÔMICA.....	26
APÓS REUNIÃO, BOLSONARO E PRESIDENTE URUGUAIO DEFENDEM FLEXIBILIZAÇÃO DO MERCOSUL	29
APESAR DA PANDEMIA, AGRONEGÓCIO TEM A MAIOR GERAÇÃO DE EMPREGOS DOS ÚLTIMOS DEZ ANOS	30
SEM QUARENTENA, VISITA DE FÁBIO FARIA À CHINA MOSTRA FORÇA DA HUAWEI	31
LIRA PODE DESTRAVAR IMPOSTO SOBRE TRANSAÇÕES DE GUEDES, AVALIA LÍDER EMPRESARIAL.....	32
O ESTADO DE SÃO PAULO - SP	34
PACHECO E LIRA DIZEM QUE VÃO DISCUTIR 'ALTERNATIVAS' PARA AUXÍLIO EMERGENCIAL	34
MINISTÉRIO DA INFRAESTRUTURA TRABALHA PARA QUE MARCO DAS FERROVIAS SEJA FOCO DO CONGRESSO	35
IBAMA VÊ NOVAS FALHAS EM ESTUDO DE BELO MONTE E DEVE MANTER LIBERAÇÃO MÁXIMA DE ÁGUA.....	36
LÍDER DO PSDB FALA QUE GOVERNO ‘PERDE O FOCO’ AO INCLUIR PAUTA DE COSTUMES	38
REDE 5G EXCLUSIVA PARA GOVERNO COLOCA EM XEQUE PRIVATIZAÇÃO DA TELEBRÁS	39
VALOR ECONÔMICO (SP)	40
TCU DEVE REDUZIR TEMPO DE ANÁLISE DO LEILÃO DO 5G PARA 60 DIAS, DIZ MINISTRO	40
KLABIN LANÇA ESTRATÉGIA DEDICADA AO SEGMENTO DE COMÉRCIO ELETRÔNICO	40
GOVERNO ZERA IMPOSTO DE IMPORTAÇÃO DE PNEUS PARA TRATORES.....	41
EXXON CRIA UNIDADE DE NEGÓCIOS FOCADA EM REDUÇÃO DE EMISSÃO DE CARBONO	41
GOVERNO AUTORIZA INÍCIO DOS ESTUDOS PARA CONCESSÃO DE 7 TERMINAIS PESQUEIROS PÚBLICOS.....	42
LISTA DE 35 PRIORIDADES PEDIDAS POR BOLSONARO A PACHECO E LIRA INCLUI PRIVATIZAÇÃO DA ELETROBRAS	42
ANÁLISE NO TCU DEVERÁ SER FEITA EM 60 DIAS	45
GOVERNO ESTABELECE PEC EMERGENCIAL COMO PRIORIDADE	45



POR QUE PRIVATIZAÇÃO É TEMA CONTROVERSO?.....	47
PORTAL PORTOS E NAVIOS.....	48
E-NAVIGATION DEMANDARÁ APRIMORAMENTO CONSTANTE PARA SEGURANÇA CIBERNÉTICA	48
LONGO CURSO ACREDITA EM RECUPERAÇÃO AO LONGO DE 2021	50
MERCOSHIPPING MARÍTIMA LTDA.....	51
MERCOSHIPPING DISPONIBILIZA O INFORMS TAMBÉM ATRAVÉS DE RSS	51



A TRIBUNA DIGITAL (SP)

APÓS PREJUÍZOS DE R\$ 1,2 BILHÃO, CONCAIS PLANEJA RETORNO DE CRUZEIROS

A perspectiva é de que, a partir de novembro, 257 mil pessoas embarquem pelo Terminal de Passageiros Giusfredo Santini

Da Redação



[https://www.atribuna.com.br/image/contentid/policy:1.141159:1612288225/Concais.JPG?f=2x1&\\$p\\$f=e79e731&q=0.8&w=3000&\\$w=864726f](https://www.atribuna.com.br/image/contentid/policy:1.141159:1612288225/Concais.JPG?f=2x1&pf=e79e731&q=0.8&w=3000&$w=864726f)

Após prejuízos de R\$ 1,2 bilhão, Concais planeja retorno de cruzeiros (Foto: Carlos Nogueira/AT)

Hoje, há uma luz no fim do túnel. Em cerca de nove meses, a expectativa é de novos gigantes em alto mar. O início recente do plano de imunização contra o coronavírus já vislumbra um

cenário positivo para o setor de cruzeiros.

A perspectiva é de que, a partir de novembro, 257 mil pessoas embarquem pelo Terminal de Passageiros Giusfredo Santini com o início da temporada 2021/ 2022. O número é equivalente ao da estação 2019/ 2020, quando a instalação começou a sentir os impactos da doença, que atingia o País e o Mundo.

Desde então, o Armazém 25 (interno) do Porto de Santos, que costumava chamar atenção pelos navios de luxo, se tornou um dos representantes do cenário atípico de incertezas.

No entanto, isso está prestes a mudar e, em breve, a Ponta da Praia se tornará, mais uma vez, ponto de encontro de turistas e munícipes. A única e principal diferença é de que, agora, será proibido aglomerar.

A possível atracação de transatlânticos novamente na Cidade foi divulgada pela diretora do Concais, Sueli Martinez, que não esconde a satisfação ao imaginar os salões do terminal novamente repletos de passageiros de diferentes nacionalidades. Após um prejuízo de R\$ 1,2 bilhão, a empresa começa a planejar o futuro.

Ainda é cedo para falar em investimentos significativos, mas novos planos já estão sendo desenhados até mesmo para atender o contrato de arrendamento, renovado em 2018, e que prevê aplicações financeiras constantes totalizando R\$ 200 milhões até 2038. O montante é destinado, principalmente, a obras de ampliação e modernização da área.

Enquanto isso, são feitas reuniões com as armadoras para que seja possível entender quais serão os próximos passos. “Para nos recuperarmos de 18 meses sem faturamento, vamos ter que amortizar esse prejuízo. Certamente, vamos precisar de, pelo menos, três temporadas para total recuperação dessa grande perda e, então, termos a mesma margem como empresa”, destacou Sueli.

Um ano

No próximo mês, o terminal completa um ano sem a movimentação de viajantes. De acordo com a diretora, 19 de março de 2020 foi a última data de desembarque. Inicialmente, estava prevista outra escala no dia 21. Porém, a volta precisou ser antecipada, pois o transatlântico ficou impossibilitado de parar na Argentina.

A situação foi o primeiro sinal de que algo estava por vir e a estação acabou sendo encerrada quase um mês antes. Ela seguiria até 13 de abril, mas acabou terminando em 19 de março, contrariando a previsão de incremento de 6% em relação a temporada anterior. Esperava-se 267 mil embarques. O número ficou em 257 mil.

“Com isso, tivemos uma perda de mais ou menos 12 escalas, um número expressivo, que representa em torno de quase 18 mil passageiros. Como trabalhamos com sazonalidade, uma escala já é muito importante”, disse Sueli. No entanto, o pior estava por vir.

Em meio a antigas discussões de transformar Santos num ponto de parada de navios de cruzeiros o ano inteiro e com a perspectiva de um crescimento estrondoso para a estação 2020/ 2021, o totalmente inesperado aconteceu: o terminal, que esperava 325 mil pessoas, ficou sem a presença de passageiros e transatlânticos.

Se já era preciso driblar os já conhecidos seis meses sem faturamento, ficou ainda mais difícil imaginar como seria passar outros doze meses sem ver navios. A Associação Brasileira de Cruzeiros Marítimos (CLIA) chegou a estimar a venda de passagens para aproximadamente 100 mil hóspedes da MSC, que ainda estava no Brasil, enquanto se aguardava a posição das autoridades. Mas, as armadoras foram obrigadas a recuar diante das dificuldades.

“A Costa disse que não ia fazer a temporada em julho e, então, decidi cancelar a sua participação na 2020/ 21. Foi quando sentimos que tínhamos um baque. A MSC ainda insistiu muito, tentou até o fim, mas não conseguiu as autorizações. A temporada ia começar no dia 15 de novembro e seguir até 20 de março, mas como não tinha autorização, mudou para dezembro e depois para janeiro. Quando foi um mês antes, pois ela precisa de um mês para tripular o navio, a MSC viu que não se vislumbrava nenhuma autorização efetiva e teve que se retirar. Ficamos sem nenhum faturamento. Nunca se imaginou isso”, destacou a diretora do Concais, reiterando que, além do prejuízo financeiro, houve ainda a perda de 3.400 empregos, que costumam ser gerados durante as temporadas.

“Aqui é um lugar de volume, de pessoas, de dinheiro. As pessoas que trabalham aqui, que prestam serviços, lojistas, são bem remuneradas, é uma atividade de turismo bem aproveitada e está concentrada”.

Futuro

Após esse período nebuloso, o Concais, assim como as armadoras, já estão preparadas para a nova fase dos navios que inclui, principalmente, mudanças de hábito e protocolos de segurança capazes de preservar a saúde dos passageiros.

No terminal, as medidas começaram a ser adotadas no ano passado, em 6 de fevereiro, quando a Anvisa deu os primeiros direcionamentos. Foram investidos R\$ 300 mil apenas no sistema de climatização. As outras alterações incluem máscaras para os funcionários, dispensers com álcool em gel em todos os salões, aparelho de desinfecção e placa de acrílico em todos os balcões de atendimento. Isso sem contar, o distanciamento social.

"No caso dos armadores acho que tudo mudou. Essa situação trouxe uma reflexão e mudança cultural pra todos nós. Os navios, por exemplo, mudaram seu sistema de refrigeração, implantando muito mais tecnologia. No terminal, investimos pesado no sistema de climatização. Antes a troca de ar, externa e interna, acontecia a cada 40 minutos. Agora, mudou para 15 minutos. Tudo isso traz segurança, a pessoa tem que entrar aqui e se sentir seguro, muito bem cuidado", explicou Sueli, acreditando que até o final do ano a pandemia estará controlada.

“A expectativa é de que todos estejam vacinados. Vamos nos planejar, conforme o cenário da vacina se apresentar. Precisamos estabilizar o nosso negócio e voltar a gerar renda e empregos na cidade”.

Fonte : A Tribuna Digital - SP

Data : 02/02/2021

ANVISA, RECEITA FEDERAL E VIGIAGRO BUSCAM AGILIDADE



Órgãos anuentes pretendem dar continuidade a projetos para aumentar eficiência

Da Redação

[https://www.tribuna.com.br/image/contentid/policy:1.141151:1612286038/Receita-Federal-Porto-Lancha.JPG?f=2x1&\\$p\\$f=ae8d300&q=0.8&w=3000&\\$w=864726f](https://www.tribuna.com.br/image/contentid/policy:1.141151:1612286038/Receita-Federal-Porto-Lancha.JPG?f=2x1&pf=ae8d300&q=0.8&w=3000&$w=864726f)

Anvisa, Receita Federal e Vigiaagro buscam agilidade (Foto: Carlos Nogueira/AT)

Ao mesmo tempo em que impactou negativamente a economia brasileira, a pandemia do coronavírus contribuiu para mudanças significativas no que se refere a liberação das embarcações pelos órgãos anuentes no Porto de Santos.

A necessidade de distanciamento e a consequente adoção do trabalho remoto levaram Anvisa, Receita Federal e a Vigilância Agropecuária (Vigiaagro) a implantarem ou darem continuidade a importantes projetos, que prometem garantir mais agilidade e eficiência nas movimentações.

Na Vigiaagro, a intensificação do uso do Confere Agro está entre os planos para 2021. O projeto de conferência remota de cargas, por meio de sistema de câmeras de alta resolução, já havia sido iniciado em 2019, sendo potencializado no ano passado.

“Para 2021, pretendemos dar continuidade e ainda desenvolver um programa de agendamento virtual em parceria com a Associação Brasileira de Terminais e Recintos Alfandegados (ABTRA)”, destaca o chefe da pasta em Santos, André Minoru Okubo.

Segundo ele, o planejamento para os próximos meses também inclui a finalização da estruturação física dos recintos, um dos gargalos para execução das atividades relacionadas a Vigiaagro.

“Com o advento da necessidade de habilitação junto ao MAPA para operação, alguns ganhos estruturais já são percebidos, o mais nítido deles é que vários recintos construíram câmaras frias, que garantem a manipulação segura e higiênica de produtos refrigerados ou congelados”, diz o auditor fiscal.

A utilização de força de trabalho de servidores de outras unidades para análises documentais, liberações de cargas e até emissão de Certificados Fitossanitários Internacionais também terá prosseguimento este ano, assim como os ajustes no trabalho remoto iniciado em 2020 com a crise sanitária mundial.

Além disso, está prevista a execução de mais uma etapa da integração junto ao Portal Único do Comércio Exterior.

“Em 2021 a perspectiva é que toda importação seja feita em integração com o Portal Único, o que simplifica e facilita a adoção do gerenciamento de risco nas importações, promovendo a agilização dos processos”, diz Okubo.

Receita

Na Receita Federal, a pandemia também acelerou o processo de implementação de conferência remota, ampliando o Centro de Conferência Remota (Confere).

As imagens são transmitidas por fibra ótica, em tempo real, para o edifício da Alfândega, onde servidores especializados, em contato direto com o responsável do recinto e com o representante do importador, fazem a verificação física das mercadorias.

Além disso, o Portal Único ganhou novas funcionalidades desde o último dia 17 de janeiro. De acordo com o chefe da Divisão de Despacho Aduaneiro (Didad) da Alfândega de Santos, Raphael de Almeida da Silva, agora poderão ser registradas Declarações Únicas de Importação (Duimps) com mercadorias sujeitas à licenciamento não automático da importação.

“A LPCO, antiga LI, poderá ser solicitada e concedida pelo órgão anuente competente e vinculada a itens da Duimp, A partir de agora, a solicitação de pagamento ou exoneração, total ou parcial, do ICMS também poderá ser feita diretamente no Portal Único”.

Criada em 2011, a portaria que trata de alfandegamento dos recintos será revista por grupo com servidores de várias unidades aduaneiras. O objetivo é modernizá-la para, inclusive, deixá-la mais fácil de ser alterada no futuro.

Um dos destaques é a previsão de a auditoria anual, que ocorre nos recintos, passar a ser feita com base em análise de risco e não mais em 100% dos recintos, como acontece hoje.

“A equipe tem 90 dias para apresentar a minuta da nova portaria à Coana para avaliação e demais procedimentos pertinentes”, disse o auditor-fiscal Cleiton Alves dos Santos João Simões, integrante da comissão para modernização da portaria de alfandegamento.

Anvisa

Na Anvisa, a Gerência Geral de Portos e Aeroportos e Fronteiras (GGPAF) possui projetos, ainda em fase embrionária, para otimizar processos de trabalho e obter ganhos de eficiência, que serão apresentados à sociedade ao longo de 2021.

Além disso, a Agência pretende incrementar o programa interno de capacitação de servidores e formação de grupos de trabalhos, em nível nacional, para discutir e identificar melhorias na forma de atuação para mitigação do risco sanitário em portos.

Fonte : A Tribuna Digital - SP

Data : 02/02/2021

TES FAZ PLANOS PARA NOVOS INVESTIMENTOS ATÉ 2023

Já foram construídos oito silos com 35 metros de diâmetro e 45 metros de altura para a armazenagem de farelo de soja e grãos

Da Redação



[https://www.atribuna.com.br/image/contentid/policy:1.141141:1612285137/Complexo-Terminais-TEG-TEAG-e-TGG.JPG?f=2x1&\\$p\\$f=9f7bde3&q=0.8&w=3000&\\$w=864726f](https://www.atribuna.com.br/image/contentid/policy:1.141141:1612285137/Complexo-Terminais-TEG-TEAG-e-TGG.JPG?f=2x1&pf=9f7bde3&q=0.8&w=3000&$w=864726f)

*TES faz planos para novos investimentos até 2023
(Foto: Alexander Ferraz)*

Nos terminais Exportador de Santos (TES), Exportador do Guarujá (TEG) e de Exportação de Açúcar do Guarujá (TEAG), os 129 anos do

complexo santista também serão comemorados com altos investimentos, conclusão de obras e início de novos projetos.

No TES, a revitalização segue a todo vapor. Ao todo, foram aplicados R\$ 400 milhões em recursos. A previsão é de que os serviços sejam finalizados em 2023. Dos 11 silos verticais planejados, oito já foram construídos com 35 metros de diâmetro e 45 metros de altura para a armazenagem de farelo de soja e grãos. Após conclusão da obra o terminal terá capacidade estática de 220 mil toneladas.



“Com as novas instalações, será possível ampliar as atuais 2,5 milhões de toneladas de grãos operadas anualmente. A ideia é que o volume cresça 80%, atingindo a marca de 4,5 milhões de toneladas”, prevê o gerente geral de Portos, Régis Prunzel.

Para atender as premissas de sustentabilidade e eficiência também serão instaladas correias 100% enclausuradas, que vão eliminar a emissão de particulados.

Outro destaque fica para a nova moega ferroviária, que entrou em operação no último dia 5 de outubro.

“É um equipamento novo, que aumentará a capacidade de recebimento, trazendo mais segurança e dinamismo para as operações com trens”, explica Prunzel.

As próximas fases contemplam a substituição total de todos os equipamentos e estruturas de transporte de grãos, a devolução dos ativos do armazém XLII para Autoridade Portuária e a reforma do armazém XL.

O projeto também inclui a substituição dos carregadores de navios por um equipamento moderno, que reduz a emissão de particulados e aumenta a produtividade do embarque, contribuindo de forma significativa para o meio ambiente e para a sustentabilidade das operações.

“A expectativa para 2021 é bem elevada, temos 60% da obra concluída, mas ainda temos um grande desafio a vencer, que é terminar a obra com esse novo cenário. Garantir que nossas pessoas estejam com saúde e em segurança é um grande desafio

Ampliação Durante a fase de ampliação, o TES investe na melhoria contínua da atual estrutura para promover uma operação sustentável e oferecer mais eficiência aos clientes. Desde 2016, já foram aplicados cerca de R\$ 60 milhões em infraestrutura e adequações ambientais, que permitiram a movimentação de 2.545 milhões de toneladas de produtos como soja, milho e farelo de soja, em 2020.

A sustentabilidade é um valor estratégico para o desenvolvimento do TES. As atividades são realizadas sempre com atenção à responsabilidade ambiental e social, mantendo o diálogo e respeito com as comunidades diante aos anseios de reduzir conflitos.

“Nossa meta é garantir a excelência nos nossos serviços de escoamento portuário, constituindo um elo logístico essencial para a cadeia do agronegócio e reafirmando sempre nosso compromisso com o meio ambiente, com a segurança de nossas pessoas e com a disciplina operacional”, disse Prunzel.

TEG aposta em pera ferroviária

No TEG, que completou 10 anos em agosto do ano passado, o aumento da eficiência operacional será garantido por meio do projeto da Pera Ferroviária que, em conjunto com o investimento do TEAG, irá oferecer maior agilidade e segurança à operação.

“Muitas pessoas nos ajudaram a chegar até aqui engajadas com segurança e eficiência. Isto nos permitiu completar uma década de muito trabalho, sucesso e realizações com a movimentação de mais de 50 milhões de toneladas de soja e milho. Conquistamos também, as aprovações necessárias para seguirmos com o projeto da pera ferroviária”, afirmou o gerente de portos, Régis Prunzel.

Com capacidade de armazenagem de 90 mil toneladas, aliada à logística verticalizada dos sócios Cargill e LDC, a diversidade de modais e a previsão de atracação são fatores fundamentais para que o terminal seja referência em performance no escoamento do agronegócio.



“Nosso objetivo é trabalhar de forma cada vez mais eficiente e sustentável, para garantir que o TEG seja uma das opções preferidas dos parceiros na cadeia de logística dos sócios, tornando-se um terminal diferenciado na prestação de serviço e no compromisso com a gestão ambiental e na relação Porto-Cidade”, comentou Prunzel.

Movimentação

Em 2020, foram movimentados 5.368 milhões de toneladas de grãos, entre soja e milho. Isto corresponde a cerca de 60 giros – vezes que o terminal preencheu a capacidade de armazenagem e embarcou todo produto.

“O ano de 2020 trouxe grandes desafios e novos olhares sobre o nosso dia a dia. Para atender à crescente demanda foi necessário fazer ajustes na operação, garantindo todos os protocolos de saúde e de rastreabilidade interna. Priorizamos sempre a saúde e a segurança de nossas pessoas, que estão de parabéns pelo compromisso em não deixarem o porto parar.”

TEAG inicia obras

Nos próximos meses, o TEAG dará início à primeira fase da obra, que vai gerar mais recursos e empregos para economia local. As atividades contemplam extensão e substituição dos ramais ferroviários com a construção da pêra em sinergia com o TEG, balança ferroviária, correia transportadora e readequação da infraestrutura elétrica.

O investimento de aproximadamente R\$ 180 milhões trará importantes benefícios ambientais para a Cidade, com equipamentos de alta tecnologia, que garantem melhor eficiência e maior confiabilidade ambiental no controle de emissão de particulado.

Recentemente, o terminal assinou o compromisso com o órgão ambiental para adequar as operações em consonância com a legislação vigente.

“Estamos evoluindo para melhor atender. Teremos um ambiente cada vez mais seguro, seguindo o tripé da sustentabilidade em benefício a todos que tenham atividade atrelada aos terminais e na relação com a comunidade do entorno”, destacou o gerente de Portos, Régis Prunzel.

O projeto foi dividido em quatro etapas. Ao ser finalizado, o terminal passará de 2,8 milhões para 5,5 milhões de toneladas por ano.

O terminal conta com uma área de 74,2 mil metros quadrados. Deste total, 71,4 milhões correspondem ao pátio e o restante ao píer da instalação. Atualmente, a carga mais movimentada no TEAG, que fica na região de Conceiçãozinha, é o açúcar a granel.

Fora do período da safra do produto, também é possível a movimentação de soja e milho. Em 2020, o terminal movimentou 2.940 milhões de toneladas de grãos sólidos, registrando incremento de mais de 50%, se comparado com 2019.

"Fechamos o ano com um volume bom. Mesmo com todas as incertezas, conseguimos alcançar grandes resultados graças a dedicação das pessoas, que estiveram na linha de frente e não deixaram nossas operações pararem. A expectativa é de que a movimentação em 2020 seja parecida e seguiremos com o cuidado genuíno com o nosso time", diz Prunzel.

Fonte : A Tribuna Digital - SP

Data : 02/02/2021

COPERSUCAR APOSTA EM TECNOLOGIA E INOVAÇÃO PARA GANHAR EFICIÊNCIA

O plano, dividido em ações de curto, médio e longo prazos, começará a ser implantado este mês e também inclui aumento de capacidade

Da Redação

A essencialidade foi a grande protagonista de 2020, ano em que a pandemia trouxe prejuízos significativos para a economia brasileira. Em meio a perdas e aumento do desemprego, alguns setores acabaram ganhando ainda mais fôlego para seguir. No Porto de Santos, as commodities agrícolas não sentiram o impacto gerado pela doença. Pelo contrário.



[https://www.atribuna.com.br/image/content/d/policy:1.141128:1612283518/Terminal-Copersucar.JPG?f=2x1&\\$p\\$f=447afb7&q=0.8&w=3000&\\$w=864726f](https://www.atribuna.com.br/image/content/d/policy:1.141128:1612283518/Terminal-Copersucar.JPG?f=2x1&pf=447afb7&q=0.8&w=3000&$w=864726f)

Copersucar aposta em tecnologia e inovação para ganhar eficiência (Foto: Carlos Nogueira/AT)

A Copersucar prevê recorde de movimentação na safra 2020/2021 com expectativa de crescimento em torno de 20% do seu melhor resultado registrado, até então, na safra 2015/16. Na ocasião,

foram embarcadas 6,144 milhões de toneladas de açúcar, milho e soja.

E para acompanhar o cenário positivo, a empresa conta com um planejamento estratégico, que envolve tecnologia, inovação e aumento em 50% da capacidade do terminal.

O plano, dividido em ações de curto, médio e longo prazos, começará a ser implantado este mês e busca ganho de eficiência e produtividade na movimentação das mercadorias.

A expectativa é de que os investimentos superem em 46% a média das últimas cinco safras. A qualificação e o treinamento dos colaboradores, para que estejam aptos às mudanças, também fazem parte dos projetos da companhia a partir deste ano.

O sistema Andon, criado pelo fundador da Toyota, é uma das apostas da Copersucar para diminuir custos, tempo, perdas e desperdícios. A metodologia japonesa permite a chamada automática de caminhões, controlando as filas e direcionando os veículos para a moega correta, onde será feita a descarga.

"Isso tudo reduz burocracia e etapas no processo, já que o sistema ajuda a guiar e monitorar a produção. Vale lembrar que o Andon não ataca apenas os caminhões, mas também os vagões, pois a nossa maior parcela de movimentação é feita por ferrovias", destacou o gerente executivo de Operações da empresa, Rodrigo da Silva Lima.

Segundo ele, por meio de uma tecnologia de radiofrequência, os vagões são reconhecidos automaticamente ao entrar na moega, fornecendo informações referentes ao seu destino e o tipo de carga transportada, facilitando o processo de liberação dos trens para descarga. E não para por aí.

Outra iniciativa envolve a automatização dos coletores de amostra. Atualmente, o procedimento de verificação de 100% das cargas, que entram no complexo santista, é feito manualmente. Isso significa tirar uma quantidade do produto com uma caneca e enviar para análise de qualidade.

"Com a nova tecnologia, a carga vai ser coletada na própria correia transportadora, garantindo mais segurança, pois não há interferência do colaborador".

Nesse sentido, há também a mecanização dos vazadores dos armazéns, onde a carga escorre para poder embarcar nas correias e seguir para o navio, buscando a capacidade nominal do sistema.

As máquinas autoregulam a abertura e o fechamento das comportas sem intervenção humana, refletindo em eficiência e capacidade. O aumento da visibilidade de todo o produto que está na cadeia, através do chamado projeto de tracking, também integra os investimentos.



A ideia é monitorar a carga desde a sua origem, nas 34 usinas, até a chegada no porto. "Esse mecanismo permite que façamos a roteirização, controlando o transtorno desses caminhões, ou seja, em quantas horas estão fazendo essa viagem. Por meio desse controle, podemos intervir para melhorar esse tempo. Outro ganho importante é nos anteciparmos a eventuais problemas", explicou Lima.

"Esses projetos fazem parte de uma mudança de mindset que engloba toda a empresa, de forma que todos estejam envolvidos".

Terminal

Entre os próximos três e cinco anos, a partir de 2022, os projetos da Copersucar tornam-se ainda mais ambiciosos com a perspectiva de aumentar em 50% a capacidade do terminal, saindo dos 8,5 milhões em direção aos 12,5 milhões. O incremento está atrelado às estratégias previstas para o setor ferroviário, que conta com muitas iniciativas para o futuro.

"Temos a renovação da malha paulista pela Rumo com um investimento de grande escala do interior de São Paulo até Santos. E o terminal conversa com esse aumento de capacidade dos vagões. Precisamos estar prontos para atender esse crescimento na movimentação pelos trilhos", afirmou o diretor executivo.

Ele destacou, ainda, a construção de um novo armazém de 100 mil toneladas para atender a crescente exportação agrícola no País. "A aquisição de um shiploader, que atende as melhores práticas ambientais, também integra os nossos planos".

Coronavírus

Apesar de o setor exportador de alimentos não ter sido atingido pela pandemia do Covid-19, a Copersucar adotou uma série de medidas e protocolos para preservar os seus colaboradores.

Foram implantadas desde iniciativas básicas, como uso de máscaras, álcool em gel, revisão dos processos para manter o distanciamento e flexibilização da marcação de ponto, até parcerias com entidades reconhecidas, como o próprio Hospital Albert Einstein, para acompanhar frequentemente os profissionais.

"Houve uma movimentação muito grande nesse período e a nossa medicina do trabalho foi atuante. Desenvolvemos uma ferramenta preventiva, na qual o funcionário precisa responder um questionário antes de sair de casa. Se ele apresentar algum sintoma, é indicado o não comparecimento ao trabalho. Isso diminui radicalmente a possibilidade de chegar alguém contaminado e transmitir para os demais", disse Lima.

Não é de hoje que a preocupação com a mão de obra está entre os principais pilares da Copersucar. A operadora está constantemente valorizando e qualificando os seus funcionários, que são vistos como essenciais para os resultados positivos obtidos a cada safra.

"Fazemos questão de manter a equipe sempre motivada. No nosso orçamento prevemos a contínua capacitação de pessoas, seja por consultoria contratada ou pelo nosso time interno. Entendemos que os recordes são méritos dos nossos colaboradores, sempre empenhados".

Fonte : A Tribuna Digital - SP

Data : 02/02/2021

ECOPORTO PREVÊ AUMENTO DE 20% NA MOVIMENTAÇÃO DE CARGAS EM 2021

Em 2021, o terminal também planeja reforçar ações socioambientais já existentes

Da Redação

Após o auge da pandemia do coronavírus no ano passado, o Ecoporto espera um aumento de 20% na movimentação de cargas especiais em 2021. Nesse cenário, a empresa busca manter a liderança no mercado multipropósito, armazenagem e transporte de cargas fracionadas ou em regime LCL.



[https://www.tribuna.com.br/image/contentid/policy:1.141158:1612286822/Ecoporto.JPG?f=2x1&\\$p\\$f=48727e1&q=0.8&w=3000&\\$w=864726f](https://www.tribuna.com.br/image/contentid/policy:1.141158:1612286822/Ecoporto.JPG?f=2x1&pf=48727e1&q=0.8&w=3000&$w=864726f)

Ecoporto prevê aumento de 20% na movimentação de cargas em 2021 (Foto: Carlos Nogueira/AT)

Em 2021, o terminal também planeja reforçar ações socioambientais já existentes, envolvendo as comunidades vizinhas e estreitando cada vez mais a relação Porto Cidade. Nesse sentido, vai ser entregue, ainda neste trimestre, um projeto artístico de grande porte, envolvendo os murais da instalação próximos à região do Centro Histórico.

Em relação à pandemia, a empresa sentiu o impacto da crise sanitária gerada, assim como as demais operadoras do setor, com registro de queda na movimentação em alguns meses. Apesar disso, a empresa teve um resultado surpreendente e conseguiu, com um forte trabalho de seus colaboradores, atender a demanda de seus clientes.

Fonte : A Tribuna Digital - SP

Data : 02/02/2021

Portogente

Fazendo o mundo mais ágil.

PORTAL PORTO GENTE

PODRES PODERES

Editor Portogente

Enquanto os homens exercem seus podres poderes

Motos e fuscas avançam os sinais vermelhos

E perdem os verdes

Somos uns boçais

(Caetano Veloso)

Quando pensamos que já vimos tudo, eis que sempre surge uma “novidade” patrocinada, é bom salientar, com dinheiro público.

As atenções, nesta segunda-feira (1º/2), se voltaram para o processo eleitoral das presidências das duas Casas legislativa – Câmara e Senado Federal. Mas não só. Antes tivemos uma corrida frenética às compras. Dizem que os preços e os produtos são variados. Veremos.

Por agora, ficamos na compreensão deste momento ao País. Enquanto temos mais de 220 mil mortes de brasileiros, a classe política se mobiliza – e depois faz festa – para um pleito. Como se isso realmente fosse a preocupação maior da sociedade brasileira.

Entre a luta pela vida e a busca pelo poder, Executivo e Legislativo escolheram o último tema. Se todos fossem tão velozes e prestativos na busca pela imunização de todos os brasileiros, de forma democrática, como foram nesse processo eleitoral, não teríamos mais de 200 mil mortes em menos de 10 meses. Repetindo: mais de 200 mil mortes em menos de 10 meses.

Banalizaram o sofrimento da sociedade brasileira. Banalizaram o desenvolvimento sustentável do País. Banalizaram o Brasil. Em troca do quê? De cargos – alguns de migalhas com cheiro de poder –, de poder pelo poder. E porque já estão com a cabeça numa eleição que ocorrerá em 2022.

Triste Brasil. Execráveis podres poderes.

Fonte : *Portal Porto Gente*

Data : 03/02/2021



SOPESP – SIND DOS OPERADORES PORTUÁRIOS DO EST. SP

PREÇOS DO ALGODÃO VOLTAM A ATINGIR PATAMARES RECORDES NO BRASIL

Informações: *Canal rural (3 de fevereiro de 2021)*

A demanda aquecida e a baixa disponibilidade de produto de alto padrão no mercado vêm dando o combustível necessário para que as cotações do algodão no Brasil sigam sua trajetória de alta. Nesta terça-feira, a fibra renovou seu recorde de alta, com a indicação no CIF de São Paulo batendo R\$ 4,55/libra-peso e subindo 0,22% em relação à véspera.

No FOB exportação do porto de Santos/SP a pluma sentiu os reflexos da queda expressiva do dólar em relação ao real e se elevou 1,5% em relação ao dia anterior, sendo cotada a 84,14 cents de dólar por libra-peso (c/lb). Comparado ao contrato spot negociado em NY, o produto brasileiro ficou 4,3% superior, contra 3,6% superior da véspera.

Segundo o consultor de Safras & Mercado, Élcio Bento, esse prêmio positivo da pluma brasileira em relação à norte-americana deve-se basicamente à atual situação de aperto da oferta em relação à demanda. Contudo, avalia, em anos como o atual em que a produção excede o consumo doméstico em mais de 2,0 milhões de toneladas, a tendência é que os preços não descolem de forma expressiva da paridade de exportação.

“Numa situação de total escassez, que obriga a indústria local a comprar no mercado externo, os preços passariam a buscar a paridade de importação (o preço do produto que vem do estrangeiro passaria a balizar o mercado doméstico). Nessa lógica o espaço para alta das cotações atualmente seria superior a 20%”, destaca

Fonte : *O SOPESP - Sindicato dos Operadores Portuários do Estado de São Paulo*

Data : 03/02/2021

NOVO CENÁRIO DA ECONOMIA MUNDIAL, PÓS-ELEIÇÃO DE JOE BIDEN, E O REFLEXO AMBIENTAL NO AGRONEGÓCIO FORAM TEMA DE DEBATE

Informações: *FIESP (3 de fevereiro de 2021)*

Reunião conjunta do Cosag e Coscex, na Fiesp, presidida por Jacyr Costa. Na tela, em destaque, participando do debate, o embaixador Sérgio Amaral.

Para apresentar as expectativas a respeito do novo governo de Joe Biden e os efeitos no agronegócio brasileiro, o Conselho Superior do Agronegócio (Cosag) juntamente com o Conselho Superior de Relações Internacionais e Comércio Exterior (Coscex), ambos da Fiesp, realizaram sua primeira reunião de 2021, nesta segunda-feira (1º/2).

Sérgio Amaral, que foi embaixador nos EUA de 2016 a 2019, dividiu sua reflexão sobre as mudanças na política estadunidense após o pleito presidencial. O coordenador de Agronegócio do Insper e Conselheiro do Cosag, Marcos Jank, também comentou sobre os efeitos dessa eleição no agronegócio brasileiro.

Para o embaixador Sérgio Amaral, as mudanças pontuadas nos discursos de Biden contêm itens importantes para as empresas que hoje estão presentes nas decisões da economia brasileira, sobretudo no agronegócio. “O momento atual é de extrema importância, considerando a relevante

emergência da China, a pandemia [de Covid-19], a volta do multilateralismo e a questão do clima”, destacou.

Em direção contrária à política de Donald Trump, Biden deve retomar a questão da Organização Mundial do Comércio (OMC), paralisada pela gestão “América em Primeiro Lugar”, o que é benéfico para o Brasil. Biden deverá se dedicar à restauração das alianças com parceiros tradicionais dos EUA, especialmente com a Europa, na avaliação de Amaral. Nesse contexto, para o embaixador, o Brasil deve estar atento porque os Estados Unidos vão se dedicar à restauração das alianças dos países tradicionais, principalmente com a Europa.

Para ele, a parceria com a Europa dará prioridade ao clima, e para retomar o tema, em breve será organizada uma cúpula do clima para discutir a economia verde. Ao pensar nessa questão, Biden resgata a ideia de green new deal (em português, novo acordo verde ou novo tratado verde), criada no governo Roosevelt.

Retomada da multilateralidade

A Europa será o parceiro central dos EUA, tendo como um dos temas prioritários o clima. Esta aliança pode ter algumas divergências, como na indústria aeronáutica e na taxação do comércio eletrônico, mas as nações trabalharão juntas para restabelecer os organismos multilaterais, acendendo um ponto de atenção para o Brasil, pois um acordo entre os EUA e a Europa deverá ter uma relevância muito grande. É importante que o Brasil participe das discussões desde o início, segundo Amaral.

Meio ambiente e a Amazônia

“O meio ambiente e o clima são a utopia do século 21”, enfatizou o embaixador. Para ele, a natureza da questão climática não se trata apenas de um tópico do governo, mas de um compromisso da sociedade, e o que é imposto no comércio em relação a certos produtos. Para ele, o Brasil teria que identificar parceiros e fazer maior promoção do agronegócio nacional no exterior, não em publicidade, mas na produção agrícola que preserva a Amazônia.

O Brasil possui um grande ativo em suas mãos, a Amazônia, e é preciso promover a mudança não porque os ambientalistas e estrangeiros desejam, mas sim porque o país e seu setor privado devem valorizar a biodiversidade, assim como estabelecer programas de cooperação internacional com parceiros que estão aberto a isso, ainda de acordo com o expositor. Essa questão é um ativo também para a política externa, conseqüentemente para as reuniões relativas ao meio ambiente. Para o futuro haverá larga expansão para o comércio do agronegócio. “É o momento da segunda etapa de internacionalização do agronegócio brasileiro como resultado do know-how que o país possui”, complementou Sergio Amaral.

Oportunidades para o agro brasileiro

Para Marcos Jank, o Brasil tem uma agenda muito mais positiva do que negativa com os EUA. Um exemplo é o desenvolvimento do mercado de etanol para outros países, como China e Índia. Jank destacou, ainda, pontos importantes que precisam ser destravados para que a agenda avance: resolução da questão fundiária na Amazônia e a implementação efetiva do Código Florestal. “O Brasil precisa se concentrar em defender o Código Florestal e esclarecer como funciona o desmatamento legal, isso melhoraria nossa imagem”, explicou.

A promoção do agronegócio pode ser orquestrada pelo Itamaraty [Ministério das Relações Exteriores] e outros órgãos do governo e por meio de mobilização do setor. É preciso participar ativamente das discussões em torno do tema para desmistificar o papel do agro com as questões da Amazônia. De acordo com o Jank, a iniciativa do setor privado precisa ir além: colocar na mão do governo uma proposta concreta de como fazê-lo, caso contrário não haverá possibilidade de entendimento que o Brasil está comprometido com a questão da preservação ambiental.

O setor privado deve se internacionalizar e estar presente em conversas preliminares com os EUA e a Europa. “O Brasil pode ter uma agenda de complementariedade com esses países” concluiu Marcos Jank, do Insper.

Fonte : O SOPESP - Sindicato dos Operadores Portuários do Estado de São Paulo
Data : 03/02/2021

PORTO DE XANGAI É LÍDER MUNDIAL EM MOVIMENTAÇÃO DE CONTÊINERES POR 11 ANOS CONSECUTIVOS

Informações: Informativo dos Portos (3 de fevereiro de 2021)

De acordo com a Alfândega de Xangai, em 2020, a quantidade de carga e descarga de contêineres do porto de Xangai atingiu 43,5 milhões de TEUs (Container de 20 pés), ficando em primeiro lugar do mundo por 11 anos consecutivos.

No ranking divulgado no Relatório “Xinhua-Baltic International Shipping Center Development Index Report (2020)”, Xangai ficou, pela primeira vez, entre os três principais centros de navegação internacional. Por trás disso, está a adesão de um novo conceito de desenvolvimento, contínua otimização dos serviços de desembarço aduaneiro, supervisão portuária, ampliação e flexibilização de um novo canal no desenvolvimento do comércio exterior da Alfândega de Xangai.

No início do ano passado, quando o trabalho de prevenção e controle da pandemia estava em seu auge, o Porto de Waigaoqiao, sob a Alfândega de Xangai, insistiu em colocar a vida em primeiro lugar e lidar com casos especiais, abrindo um “canal verde” para materiais de combate à Covid-19.

Ao mesmo tempo, a Alfândega de Waigang tem colocado todo o esforço a suas vantagens na supervisão portuária, concentrando-se nos “seis trabalhos estáveis” e “seis tarefas de proteção”. Além disso, formulou várias políticas de incentivo econômico, seguranças, promoveu vigorosamente as iniciativas de reforma de simplificação tais como “declaração em duas etapas”, “acesso em dois segmentos” e “reforma do sistema de inspeção desacompanhado”, colocando em prática as iniciativas para beneficiar e facilitar as empresas, aliviando e estabilizando o comércio exterior da China.

Atualmente, o Porto Waigaoqiao de Xangai tem uma média de 18.000 caminhões contêineres entrando e saindo diariamente do porto, e quase 30 grandes navios contêineres embarcando e desembarcando diariamente no porto.

Fonte : O SOPESP - Sindicato dos Operadores Portuários do Estado de São Paulo
Data : 03/02/2021

ÍNDIA ANUNCIA O MAIOR INVESTIMENTO DA HISTÓRIA DO PAÍS EM FERROVIAS

Informações: Revista Ferroviária (3 de fevereiro de 2021)

Via Trolebus – A ministra das finanças da Índia, Nirmala Sitharaman, anunciou um orçamento de capital para a Indian Railways na ordem de US \$ 29,3 bilhões de dólares (Rs 2,15 trilhões) durante o anúncio do orçamento entre os anos de 2021 e 2022.

Trata-se do maior orçamento de todos os tempos para a rede ferroviária e segue uma estratégia do governo indiano em aumentar os gastos públicos para neutralizar os efeitos da pandemia de Covid-19 na economia do país.

Do total de despesas de capital, Rs 75 bilhões virão de recursos internos, e deve permitir concluir projetos de infraestrutura vitais, aumentar a capacidade e instalar medidas de melhoria de segurança. Cerca de Rs 409 bilhões serão gastos em novas linhas, representando um aumento de 52% em relação ao ano passado, com Rs 261 bilhões para duplicação de ferrovias e Rs 322 bilhões alocados para investimento por meio de empresas do setor público, joint ventures e novos veículos.

Já o projeto de alta velocidade recebeu novos incentivos. Entre os projetos estão o eixo Mumbai – Ahmedabad que recebeu INR 372 bilhões. Outras sete novas linhas de alta velocidade são propostas: a linha Déli – Agra – Varanasi de 865 km; Varanasi – Patna – Howrah de 760 km; a linha de 886 km Delhi – Jaipur – Ahmedabad; o eixo de 459 km Delhi – Chandigarh – Amritsar; o corredor

de 753 km Mumbai – Nashik – Nagpur; o corredor de 711 km Mumbai – Pune – Hyderabad; e o corredor Chennai – Bengaluru – Mysore de 435 km.

O valor ainda servirá para o financiamento para sistemas de metrô, com o governo alocando Rs 19,6 bilhões. Atualmente, há 702 km de metrô operando em toda a Índia, com mais 1.016 km de linhas de metrô e Sistema de Transporte Ferroviário Rápido (RRTS) em construção em 27 cidades.

Fonte : O SOPESP - Sindicato dos Operadores Portuários do Estado de São Paulo

Data : 03/02/2021

PORTO DO RIO DE JANEIRO RECEBE VISITA DE COMITIVA DE SEGURANÇA

Informações: CDRJ (3 de fevereiro de 2021)

Na última quinta-feira (28), representantes da Secretaria de Assuntos de Defesa e Segurança Nacional do Gabinete de Segurança Institucional (SADSN/GSI/PR) e da Comissão Estadual de Segurança Pública nos Portos, Terminais e Vias Navegáveis (CESPORTOS) visitaram o Porto do Rio de Janeiro. O objetivo foi conhecer a infraestrutura de segurança do porto, bem como sua integração entre os órgãos de segurança frente aos delitos transnacionais.

A comitiva foi composta pelo assessor militar Tenente-Coronel Vitor Hugo Tunala e pela assessora técnica Daiene Bittencourt Mendes Santos, ambos do Departamento da Câmara de Relações Exteriores e Defesa Nacional, acompanhados do coordenador da CESPORTOS-RJ, Renato Gonçalves Ferreira. O grupo foi recepcionado pelos superintendentes da Guarda Portuária, José Tadeu Diniz, e de Gabinete da Presidência da Companhia Docas do Rio de Janeiro, Eduardo Duarte.

A visita incluiu as instalações do Centro de Comando e Controle de Segurança Portuária (CCCSP) do Porto do Rio de Janeiro, inaugurado em 2019. O moderno sistema de monitoramento, que conta com 205 câmeras, cancelas, catracas, rádios, radares, drones, sistemas de captura de imagem, reconhecimento facial e controle de acesso, atende às exigências do Código Internacional para Proteção de Navios e Instalações Portuárias (ISPS Code) e contribui no combate às organizações criminosas.

Fonte : O SOPESP - Sindicato dos Operadores Portuários do Estado de São Paulo

Data : 03/02/2021



AHORA - SC

GOVERNADOR CARLOS MOISÉS DECIDE EXTINGUIR A SCPAR E DESESTATIZAR OS PORTOS DE IMBITUBA E SÃO FRANCISCO DO SUL

por Redação • 02-02-2021 • há 1 dia • 1788



http://www.portalahora.com.br/images/artigo/governador-carlos-moiss-decide-extinguir-a-scpa-e-desestatizar-os-portos-de-imituba-e-so-francisco-do-sul_1612295674.jpg

O governador Carlos Moisés da Silva (PSL) decidiu extinguir a Santa Catarina Parcerias, a SCPa, empresa estatal que administra os portos de Imbituba e São Francisco do Sul.

A medida será acompanhada de outra decisão: a desestatização dos dois portos hoje comandados pelo governo do Estado.

A informação, segundo a publicado na coluna do jornalista Moacir Pereira no site ND+, é de fonte autorizada do Centro Administrativo e acrescenta que medidas estão sendo tomadas nos Conselhos e Diretorias dos dois portos catarinenses.

A primeira delas, revela o colunista, foi a nomeação de Ricardo Moritz para a presidência da SCPAr, com o objetivo de tomar as providências relacionadas à privatização dos portos e, ato seguinte, a extinção da empresa.

Os dois portos são do governo federal, mas administrados por concessão ao governo catarinense. Na última viagem a Brasília, o governador Moisés da Silva tratou do plano de desestatização com o ministro da Infraestrutura, Tarcísio Freitas, e com o Secretário Nacional de Portos, que deram todo apoio federal.

O governo estadual vai tomar medidas administrativas e tratar da elaboração de projeto de lei à Assembleia Legislativa, dispondo sobre a extinção da SC Parcerias.

Fonte: A Hora - SC

Data : 03/02/2021

ISTOÉ Dinheiro

ISTOÉ - DINHEIRO

PARA ACELERAR PRIVATIZAÇÃO DA ELETROBRAS, GOVERNO FALA EM ENVIO DE MP A CONGRESSO

Depois do anúncio da renúncia de Wilson Ferreira Jr da presidência da Eletrobras, que derrubou as ações da empresa no mercado, o governo decidiu deixar claro que a privatização da estatal ainda é prioridade. Na lista de projetos de interesse escolhidos pelo Executivo e enviados ao Legislativo, foram incluídos o projeto de lei 5877/2019, que diz respeito à desestatização da companhia, e uma “Medida Provisória de Privatização da Eletrobras”, até agora não enviada ao Congresso.

O projeto de lei 5877/2019, proposto pelo governo Jair Bolsonaro ao Congresso em novembro, está parado na Câmara. Um ano e três meses depois do envio, não há nem relator, nem comissão especial formada.

Nos bastidores, o governo culpava o ex-presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), pela falta de avanços da proposta. Segundo essa versão, Maia teria um acordo com a oposição para não pautar o tema. Por diversas vezes, o ex-presidente da Câmara negou os boatos e responsabilizou o governo pela falta de articulação política e de interesse no texto.

A lista não traz nenhum detalhe além da menção à uma MP de Privatização da Eletrobras. O Broadcast (sistema de notícias em tempo real do Grupo Estado) apurou que a possibilidade voltou à tona depois que Ferreira Jr deixou a empresa.

O governo avaliou que seria necessário uma sinalização mais clara de que o objetivo não foi abandonado, mesmo depois que o então candidato à Presidência do Senado, Rodrigo Pacheco (DEM-MG), disse ao Broadcast que a privatização da Eletrobras não seria prioridade em sua gestão.

Nos bastidores, porém, a fala de Pacheco teria sido apenas um aceno à oposição – especialmente o PT, com quem ele contava para obter votos na disputa com Simone Tebet (MDB-MS).

A alternativa da MP não é nova e já foi tentada pelo governo Michel Temer. Em dezembro de 2017, o governo enviou a MP 814, que incluía a Eletrobras e suas subsidiárias Furnas, Chesf, Eletronorte, Eletrosul e CGTEE no Programa Nacional de Desestatização (PND). A MP revogava um trecho da Lei 10.848/2004, aprovada durante o governo do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que excluía as empresas do programa.

A MP 814 foi muito mal recebida pelo Congresso, e o governo teve que recuar. Ficou acordado que a MP só tramitaria se o trecho que excluía a Eletrobras e suas subsidiárias do PND fosse excluído da versão final do texto.

Também houve a interpretação jurídica de que a Eletrobras foi excluída do PND por meio de projeto de lei e que somente por meio de um novo PL, e não uma MP, ela poderia voltar para o rol de empresas alvo de privatização.

Nem assim a proposta avançou. Na época, os parlamentares incluíram muitos “jabutis” no texto – os quatro artigos iniciais se tornaram 27 na comissão especial.

Em maio de 2018, já perto das eleições presidenciais, Maia anunciou um acordo com o então presidente do Senado Eunício Oliveira (MDB-CE) para não votar mais a MP. A justificativa era que o texto geraria um tarifaço. Com a decisão, a oposição parou de obstruir as votações.

Fonte : IstoÉ- Dinheiro

Data : 03/02/2021

BB ANUNCIA ABERTURA DE 14 NOVAS AGÊNCIAS ESPECIALIZADAS NO AGRO EM SEIS ESTADOS

Seguindo o planejamento de reestruturação organizacional anunciado em janeiro, o Banco do Brasil divulgou nesta quarta-feira que 14 novas agências especializadas para o agronegócio serão abertas em seis Estados ao longo dos meses de fevereiro e março. Ao todo, a estatal contará com 18 unidades de negócios voltadas especificamente ao relacionamento e consultoria a produtores rurais.

As novas agências funcionarão nas cidades de Rio Verde (GO), Sorriso (MT), Dourados (MS), Cascavel (PR), Maringá (PR), Londrina (PR), Ponta Grossa (PR), Ijuí (RS), Santa Maria (RS), Passo Fundo (RS), Araçatuba (SP), Presidente Prudente (SP), Ribeirão Preto (SP), e Franca (SP), se somando às já em funcionamento em Goiânia (GO), Uberlândia (MG), Campo Grande (MS) e Campo Mourão (PR).

O BB também intensifica o atendimento, com mais 276 gerentes dedicados ao setor e o número de clientes que contam com o atendimento especializado evolui de 158 mil para 227 mil. Ao todo, são dois mil profissionais qualificados para prestar assessoria aos produtores rurais.

Apuração do Broadcast (sistema de notícias em tempo real do Grupo Estado) mostrou que, a reação ruim do presidente da República, Jair Bolsonaro, ao plano de reorganização, que quase custou o posto do presidente do Banco do Brasil, André Brandão, o pacote bilionário de redução de custos pode sofrer ajustes pontuais.

A carteira de crédito agro do Banco do Brasil representa 26% do total do banco e apresentou crescimento de 4,2% nos últimos 12 meses, chegando a R\$ 190,5 bilhões, de acordo com dados divulgados ao fim do terceiro trimestre.

Fonte : IstoÉ- Dinheiro

Data : 03/02/2021

GERAÇÃO DE EMPREGO NO AGRONEGÓCIO TEM MELHOR RESULTADO EM 10 ANOS, DIZ CNA

O agronegócio brasileiro registrou em 2020 o melhor resultado na criação de empregos no setor em 10 anos, apesar da pandemia e dos resultados abaixo do esperado na oferta de novos postos de trabalho. A avaliação é da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), que analisou os dados do ano passado do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Novo Caged), divulgados pelo Ministério da Economia.

Os dados mostram que o setor abriu 61.637 mil vagas de trabalho de janeiro a dezembro do ano passado, o melhor desempenho desde 2011, quando o saldo de geração de empregos formais foi de 85.585 mil vagas.

Entre as atividades que mais criaram postos com carteira assinada em 2020, a soja liderou o ranking, com 13.396 vagas. Destaque também para o café (+6.284).

Na pecuária, a criação de bovinos (+11.598) e de aves (+5.993) foram as atividades que mais contribuíram para o mercado de trabalho.

Ainda de acordo com os dados, três em cada quatro vagas foram criadas no setor agropecuário estão na região Sudeste, especialmente em São Paulo que teve crescimento de 46.475 postos de trabalho em 2020.

Fonte : IstoÉ- Dinheiro

Data : 03/02/2021

‘VAI SER RÁPIDA’, DIZ PACHECO, SOBRE FUNCIONAMENTO DA COMISSÃO MISTA DE ORÇAMENTO

Após uma reunião com o presidente da República, Jair Bolsonaro, no Palácio do Planalto, o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (DEM-MG), afirmou que vai conversar na noite desta quarta-feira, 3, com o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), sobre a instalação da Comissão Mista de Orçamento (CMO).

“Vai ser rápida”, afirmou Pacheco à imprensa após o encontro, ao falar sobre o funcionamento da CMO.

O colegiado é responsável por analisar o Orçamento de 2021, que ainda não foi votado pelo Legislativo, antes da análise no plenário. A intenção do presidente do Senado é aprovar o projeto até março.

Pacheco e Lira se reuniram em conjunto pela primeira vez com Bolsonaro no Palácio do Planalto e entregaram uma carta de intenções ao chefe do Planalto.

O documento defende prioridade para vacinação contra covid-19, agenda de reformas e uma alternativa ao fim do auxílio emergencial dentro do teto de gastos.

Na reunião, Bolsonaro também citou prioridades do Executivo para o Congresso Nacional. Nenhum documento, porém, foi formalizado.

As propostas foram definidas com o ministro da Economia, Paulo Guedes, e ainda não foram divulgadas pelo Palácio do Planalto.

Fonte : IstoÉ- Dinheiro

Data : 03/02/2021

DEMANDA POR TRANSPORTE AÉREO DE CARGA EM 2020 FOI A PIOR DESDE INÍCIO DA SÉRIE



<https://cdn-istoedinheiro-ssl.akamaized.net/wp-content/uploads/sites/17/2021/02/aeroporto-de-guarulhos-alesp-768x432.jpg>

A lata informa ainda que a capacidade global recuou 23,3% no ano passado em relação a 2019. A queda é duas vezes maior do que a contração na demanda. (Crédito: Alesp)

A demanda global por transporte aéreo de carga, medida em toneladas de carga por quilômetro (CTKs), registrou

queda de 10,6% em 2020 na comparação com o ano anterior. O número, divulgado nesta quarta-feira, 3, pela Associação Internacional de Transporte Aéreo (IATA, na sigla em inglês), é o pior desde 1990, ano em que a instituição começou a monitorar esse dado.

A IATA informa ainda que a capacidade global (medida por tonelada de carga disponível por quilômetro, ou ACTKs) recuou 23,3% no ano passado em relação a 2019. A queda é duas vezes maior do que a contração na demanda.

Mas a associação destaca que a taxa de ocupação de carga subiu 7,7% no ano passado, favorecendo rendimentos. Com isso, a atividade ofereceu suporte às empresas do setor em meio ao colapso nas receitas com transporte de passageiros.

“O transporte aéreo de cargas está sobrevivendo à crise em melhor forma do que o setor de passageiros. Em 2020, muitas companhias aéreas viram a carga se tornar uma fonte vital de receitas”, afirma Alexandre de Juniac, diretor geral e CEO da IATA.

Mas o executivo aponta “enormes dificuldades” em atender a demanda com a maioria das frotas paralisadas. Com isso, avalia que “2021 será mais um ano difícil” diante das novas restrições de viagens impostas para conter as variantes mais recentes do coronavírus.

A América Latina, que corresponde por 2,4% do mercado global, registrou um recuo de 21,3% na demanda por transporte de carga, enquanto a capacidade teve uma redução de 35%.

Segundo a IATA, a recuperação desse tipo de atividade foi afetada na região por causa de condições econômicas adversas em países como México, Argentina e Peru.

Fonte : IstoÉ- Dinheiro

Data : 03/02/2021

INSPIRAÇÃO PARA INOVAR

NEGÓCIOS

EPOCA NEGÓCIOS

OPERAÇÕES ANTIGAS NO REPETRO ELEVARAM ARTIFICIALMENTE IMPORTAÇÕES, DIZ CNI

Segundo a Confederação, as compras de bens estrangeiros somaram US\$ 146 bilhões no ano passado; dados oficiais da Secex mostram que foram US\$ 159 bilhões



https://s2.glbimg.com/PwRivs0T58rHOrRqJMBCgP6xVtQ=/620x350/e.glbimg.com/og/ed/f/original/2017/05/17/2017-05-16t200834z_1_lynxnped4f1hu_rtrotp_3_commods-paralisacao-audidores.jpg

Contêineres no porto de Santos, no Estado de São Paulo (Foto: Fernando Donasci/Reuters)

Os registros de importações de bens de capital anteriores a 2018 no âmbito do Repetro distorceram os resultados da balança comercial dos últimos três anos, de acordo com estudo da Confederação Nacional da Indústria (CNI). Apenas no ano passado, a contabilidade de operações antigas que não ocorreram em 2020 elevou artificialmente em cerca de US\$ 13 bilhões os valores totais de compras de produtos do exterior.

Dados oficiais da Secretaria de Comércio Exterior (Secex) do Ministério da Economia mostram que as importações somaram US\$ 159 bilhões no ano passado. De acordo com a nota técnica elaborada pela CNI, no entanto, os valores referentes a compras de bens estrangeiros no ano passado não passaram de US\$ 146 bilhões.

Isso acontece devido às mudanças no Repetro que entraram em vigor em 2018. Entre 1999 e 2017, para aproveitar a isenção de tributos na importação temporária de bens de capital voltados para a exploração de petróleo e gás no Brasil, a indústria na cadeia de equipamentos para o setor exportava de maneira "fictícia" esses bens que acabavam sendo usados aqui mesmo.

Por exemplo, uma plataforma de petróleo produzida no Brasil era registrada como "exportada" e depois registrada como "importada temporariamente", deixando de pagar tributos. Com a criação do Repetro-Sped no fim de 2017, esse malabarismo contábil deixou de ser necessário, já que os incentivos fiscais foram estendidos aos bens de capital voltados para a exploração de petróleo comprados no mercado interno e para os importados em caráter definitivo.

Com isso, a partir de 2018, o setor de petróleo e gás passou a migrar o registro das antigas "importações temporárias" de bens produzidos no Brasil para "importações definitivas" - que são as registradas na balança comercial. De acordo com o estudo da CNI, em 2018 e 2019, essas compras antigas elevaram as importações oficiais totais em US\$ 7 bilhões a cada ano. Mas no ano passado a diferença foi quase duas vezes maior. Considerando os números oficiais totais, a importação de bens de capital passou de US\$ 25 bilhões em 2019 para US\$ 29 bilhões em 2020. Pelas contas da CNI, porém, desconsiderando as operações antigas do Repetro, as importações nessa conta teriam ficado praticamente estáveis na casa de US\$ 23 bilhões nos dois anos.

"Em pleno momento de pandemia, quando as empresas estão em crise e sem capacidade de investir, as importações de bens de capital cresceram 17%. Estamos falando de um ano marcado pela pandemia, sem expansão da capacidade produtiva. Na verdade, quando se faz o ajuste do 'efeito Repetro', o que notamos é uma queda de 1,5% nessas importações", destaca a especialista em Políticas e Indústria da CNI, Samantha Cunha.

As distorções nos registros de compras antigas do Repetro nos últimos anos não atingem apenas grandes compras de plataformas de petróleo. Há mudanças significativas também na contabilidade de importações de bens intermediários nos segmentos de produtos de metal, produtos de borracha e plástico e máquinas e equipamentos. "As plataformas de petróleo são facilmente identificáveis, mas queremos chamar a atenção também para outros produtos.

Entre 2017 e 2020, as importações de produtos de metal cresceram 111% na estatística oficial, mas esse percentual cai para apenas 18% após o ajuste do Repetro. Em máquinas e equipamentos, a alta de 29% recua para 14% com o ajuste. No setor de produtos de borracha e plástico, o crescimento de 6% se transforma em uma queda de 10% na mesma comparação", detalha a economista da CNI.

A participação das "compras com origem no Brasil" no total registrado de importações era irrisória, em média de 0,3% por ano até 2017. A partir de 2018, porém, essa participação cresceu para 4% e chegou a 8% em 2020. Samantha lembra que o próprio governo havia projetado que essas distorções estariam concentradas apenas em 2018 e 2019.

"Notamos um efeito inclusive maior em 2020. Em janeiro de 2021, já houve registros também. Estamos falando de todo um saldo de operações até 2017, e é difícil saber quando todas elas migrarão para a categoria de importação definitiva", acrescenta Samantha.

A economista esclarece que o estudo não tem o objetivo de criticar o Repetro, já que o programa sempre foi um dos mais importantes para a indústria nacional. O objetivo é dar mais transparência aos resultados da balança comercial, que afetam as análises e as projeções do mercado para a economia em geral.

"As pessoas que trabalham com estatísticas precisam ter isso em consideração. Sem o ajuste do Repetro, os analistas podem usar valores de importações inflados - de maneira contábil, conforme a lei - para calcularem estimativas de crescimento da economia que não condizem com a realidade",

alerta. "E se esses dados forem eventualmente usados para desenhar alguma medida ou política pública, podem acabar gerando distorções", conclui.

Fonte : Epoca Negócios

Data : 03/02/2021

FLUXO CAMBIAL AO BRASIL FICA POSITIVO EM US\$ 2,8 BI EM JANEIRO, MELHOR RESULTADO PARA O MÊS EM 3 ANOS

O Brasil fechou 2020 com saída líquida de quase R\$ 28 bilhões

O Brasil registrou em janeiro entrada líquida de quase 2,8 bilhões de dólares em fluxo de câmbio contratado, melhor resultado para o mês em três anos e puxado pela conta financeira, mostraram dados do Banco Central nesta quarta-feira.

Um total de 2,797 bilhões de dólares ingressou, em termos líquidos, ao país no mês passado, com entrada de 3,622 bilhões de dólares pelo lado financeiro --em que são contabilizados investimentos em portfólio e empréstimos, por exemplo. A conta comercial (câmbio contratado para exportação menos importação) mostrou déficit de 825 milhões de dólares.

O saldo do fluxo cambial em janeiro é o melhor desde maio passado (+3,080 bilhões de dólares) e o mais forte para o mês desde 2018 (+8,063 bilhões de dólares). Em janeiro de 2020, o fluxo cambial ficou negativo em 384 milhões de dólares.

Em 12 meses, o país ainda perde 24,743 bilhões de dólares, mas esse número vem melhorando desde agosto, quando o saldo estava negativo em 53,5 bilhões de dólares, após uma debandada de capital nos meses anteriores por causa da pandemia.

O Brasil fechou 2020 com saída líquida de quase 28 bilhões de dólares pelo câmbio contratado, o segundo pior resultado da história e o terceiro ano consecutivo de perda de recursos.

A posição cambial líquida do BC, que desconta das reservas montantes envolvidos em operações de swap cambial, linhas com recompra, empréstimos em moeda estrangeira e outros, caiu a 287,956 bilhões de dólares em janeiro, de 299,450 bilhões de dólares em dezembro. É o menor patamar desde pelo menos janeiro de 2018.

Fonte : Epoca Negócios

Data : 03/02/2021



AGENCIA EPBR DE NOTÍCIAS

PRIVATIZAÇÃO DA ELETROBRAS É POSSÍVEL COM “ACORDO PARA INVESTIMENTOS NO NORTE E NORDESTE”

Por epbr - 3 de fevereiro de 2021 - Em Newsletter Comece seu Dia

Quem faz Editada por Gustavo Gaudarde
gustavo.gaudarde@epbr.com.br

em jogo

Líder do governo Bolsonaro na Câmara, Ricardo Barros (PP/PR) acredita na aprovação da privatização da Eletrobras, se houver “um acordo que preserve os investimentos nas regiões Norte e Nordeste”.

— “Não teríamos dificuldade de votar aqui a privatização da Eletrobras, desde que asseguradas as proteções necessárias. É preciso haver um acordo que preserve os investimentos nas Regiões Norte e Nordeste, onde há um déficit de linhas de transmissão”, afirmou.

— Os novos presidentes da Câmara, Arthur Lira (PP/AL), e do Senado, Rodrigo Pacheco (DEM/MG), foram eleitos com apoio direto de Bolsonaro e influência do Planalto até mesmo com negociação de verbas para emendas. Mas não se comprometeram com a privatização da Eletrobras.

— Ricardo Barros defendeu que as privatizações e a proposta de autonomia do Banco Central são matérias prioritárias para base governista e devem ser enfrentadas já no início do ano legislativo.

— Alinhado com o discurso de Arthur Lira, Barros defendeu a votação da reforma administrativa e pediu que seja apresentado logo o relatório da reforma tributária, nas mãos do deputado Aguinaldo Ribeiro (PP/PB).

— Para o deputado, a base governista deve aumentar sem a necessidade de uma reforma ministerial e contar com DEM e MDB, dois partidos que não estavam integralmente alinhados com o governo em 2019 e 2020. Ele acredita que o PSDB também votará a favor das propostas de reforma levantadas pelo governo – Lira foi eleito com folga, recebendo 302 votos, dos 513 deputados.

Tarifas menores e fim de subsídios. O diretor-geral da Aneel, André Pepitone, defendeu nessa terça (2) a aprovação da MP 998, que reduz tarifas de energia de consumidores atendidos por distribuidoras do Norte e Nordeste, estanca o crescimento de subsídios a fontes renováveis e facilita a retomada das obras da usina nuclear de Angra 3.

– Pepitone afirmou que a medida é de extrema importância para ajudar a conter a escalada das contas de luz, principalmente por causa da pressão do aumento dos custos setoriais e de geração, em razão do nível dos reservatórios.

–Rodrigo Pacheco (DEM-MG), quer votar o texto amanhã (4). Por se tratar de uma MP, passou a valer desde sua edição, ano passado, mas caduca em 9 de fevereiro. Estadão

Brasil bateu recordes de produção em 2020, com um crescimento de 5,5% na produção de petróleo em relação a 2019, para 2,94 milhões de barris/dia, e de 4,1% na produção de gás natural, com média de 127 milhões de m³/dia.

— Resultado graças ao pré-sal, onde o crescimento da produção é suficiente para compensar a queda no pós-sal e em terra. Em 2020, pré-sal representou em média 68,6% da produção nacional, em barris de óleo equivalente. Pós-sal e campos terrestres representam, em média, 25,4% e 6%.

— A produção total foi de 3,741 milhões de barris de óleo equivalentes (boe/dia), mais de 90% provenientes de campos operados pela Petrobras. O recorde da companhia foi de 2,28 milhões de barris/dia de petróleo e 2,84 milhões de boe/dia de produção total. Veja o boletim da ANP

— Anteriormente, os recordes haviam sido obtidos em 2015, com 2,79 milhões de boe/dia.

— Em relação à produção de derivados da Petrobras, houve aumento de 2,8% no ano passado sobre 2019.

— A utilização do parque de refino sem antevê praticamente no mesmo nível do ano anterior, graças ao aumento das exportações, com destaque para o óleo combustível de baixo teor de enxofre (com recorde anual de 194 Mbpd em 2020).

— No segmento de Gás e Energia, a geração em 2020 foi de 1.756 MW médios, representando queda de 13% em relação a 2019.



— No entanto, no 4T20 a geração de energia aumentou 315,4% em relação ao 3T20, refletindo a escassez de chuvas, o que implicou forte aumento na demanda por gás natural para substituição da geração de energia hidrelétrica. Veja o relatório de vendas

Petróleo atinge maior nível em um ano. Os preços do petróleo avançaram mais de 2% nessa terça (2/2), atingindo o maior nível em 12 meses, após grandes países produtores indicarem que estão controlando o bombeamento da commodity em linha com seus compromissos.

— O Brent fechou a sessão em alta de US\$ 1,11 (2,0%), a US\$ 57,46 o barril, em seu terceiro dia consecutivo de ganhos. Durante a sessão, chegou a tocar a marca de US\$ 58,05, patamar mais elevado desde janeiro do ano passado. Já o WTI avançou US\$ 1,21 (2,3%), para US\$ 54,76 o barril, após atingir máxima de US\$ 55,26 na sessão, maior nível em um ano.

— A elevação se deu diante do otimismo com mais estímulos econômicos dos EUA, que se somou ao viés altista derivado dos níveis de produção da Opep, que subiu menos do que se esperava em janeiro. Investing.com, com Reuters

Propostas para P-78 e P-79. A Petrobras recebeu na segunda (1/2) as propostas comerciais das empresas pré-qualificadas para a licitação de construção dos FPSOs P-78 e P-79, que vão operar no campo de Búzios, no pré-sal da Bacia de Santos.

— A previsão é de que as propostas finais para construção das duas unidades sejam aprovadas no primeiro semestre de 2021.

— Foram recebidas três propostas, de Keppel (Singapura), Samsung e Daewoo (ambas da Coreia do Sul). Faz parte dos planos das empresas a contratação de companhias nacionais, como os estaleiros Brasfels (Angra dos Reis/RJ) e EBR (São José do Norte/RS).

— Os proponentes confirmaram o atendimento ao conteúdo local de 25% e apresentaram indicação de serviços a serem executados no Brasil através de parceria ou subcontratação de empresas nacionais. O índice de conteúdo local é requisito previsto em edital e comprometido com a ANP para o Excedente de Cessão Onerosa do campo de Búzios.

— O início da operação das plataformas está previsto para 2025. A P-78 e a P-79 terão capacidade para processar diariamente 180 mil barris de óleo e 7,2 milhões de m3 de gás, cada uma.

GNA aciona térmica. A GNA – Gás Natural Açú, joint venture formada por Prumo Logística, bp, Siemens e SPIC Brasil, realizou, com sucesso, no último sábado (30) o primeiro acendimento da turbina a gás GT13, da UTE GNA I, de 1.338 MW de capacidade, localizada no Porto do Açú (RJ).

— Na quarta passada (27/1), a Aneel autorizou o início de operação em testes da UTE GNA I. Procedimento faz parte da reta final de comissionamento da usina, que tem previsão para entrar em operação comercial ainda neste semestre.

— Na operação, foi utilizado o GNL fornecido pela bp e transferido para a FSRU BW Magna, no final do ano passado. A GNA I faz parte do maior parque termelétrico da América Latina, que a GNA está construindo no Porto do Açú. O investimento total é de cerca de R\$ 10 bilhões.

Petrobras amplia prazos de pagamentos. A empresa mudou algumas condições nos novos contratos com grandes fornecedores de bens e serviços e passou a trabalhar, desde o fim do ano passado, em algumas licitações, com pagamentos de faturas a cada 90 dias. Antes, o prazo mais comum era de 30 dias.

— Em nota à imprensa, a Petrobras esclareceu que as novas premissas de pagamento estão alinhadas a práticas de mercado nacionais e internacionais e valerão apenas para casos específicos. A companhia estima que a medida valerá para menos de 2% do total de novos contratos e que não inclui pequenas e médias empresas. Valor

Cade autoriza saída da Total da Foz. A Petrobras recebeu aprovação do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) para assumir os 40% de participação da francesa Total em cinco blocos de exploração de petróleo e gás na Foz do Amazonas.

— Pelo acordo aprovado, a Petrobras aumentará sua participação nos blocos FZA-M-57, FZA-M-86, FZA-M-88, FZA-M-125 e FZA-M-127 para 70%, enquanto a bp continuará com 30%.

— A Total anunciou, em setembro do ano passado, sua desistência dos ativos, em meio a dificuldades para a obtenção de licenças ambientais, uma vez que a região é considerada ambientalmente sensível devido a um enorme recife de corais descoberto nas redondezas. Money Times, com Reuters

Equinor abre vagas offshore. Empresa está com vagas abertas para trabalho offshore, além de vagas administrativas no Rio de Janeiro, dedicadas a pessoas com deficiência (PCD). Os interessados podem se candidatar pelo site da empresa, onde também é possível encontrar o detalhamento de cada vaga, benefícios e requisitos, além de prazo para inscrição.

CVM absolve Mantega. Em decisão unânime, a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) absolveu nessa terça (2) oito ex-conselheiros de administração da Petrobras em um processo administrativo sancionador que discutiu a condução da política de preços da petroleira no governo Dilma Rousseff.

— Foram absolvidos os ex-ministros Guido Mantega (Fazenda), Miriam Belchior (Planejamento) e Marcio Zimmermann (Minas e Energia), além de Sérgio Franklin Quintella, o empresário Jorge Gerdau, o ex-presidente do BNDES, Luciano Coutinho, Francisco de Albuquerque e José Maria Ferreira Rangel, ex-coordenador geral da Federação Única dos Petroleiros (FUP) e então representante dos empregados no conselho da petroleira.

— O grupo foi acusado de induzir investidores a erro, ao anunciar certas metas de endividamento, mas adotar uma política de preços de combustíveis que tornava seu cumprimento improvável. O desfecho do caso foi adiado por pouco mais de dois anos. O colegiado concluiu nesta terça o julgamento iniciado em 13 de dezembro de 2018, mas suspenso após um pedido de vista do então diretor da CVM, Henrique Machado.

Fonte : Agência EPBR de Notícias

Data : 03/02/2021

CADE APROVA SAÍDA DA TOTAL DE BLOCOS DA FOZ DO AMAZONAS

Por - epbr - 3 de fevereiro de 2021 - Em Mercado offshore

A Petrobras recebeu aprovação do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) para assumir os 40% de participação da francesa Total em cinco blocos de exploração de petróleo e gás na Foz do Amazonas.

Pelo acordo aprovado, a Petrobras aumentará sua participação nos blocos FZA-M-57, FZA-M-86, FZA-M-88, FZA-M-125 e FZA-M-127 para 70%, enquanto a bp continuará com 30%.

A Total desistiu dos projetos na Foz do Amazonas, após tentativas de licenciar uma campanha de perfuração na região, sem sucesso.

A decisão, tomada em setembro do ano passado, ocorreu em meio a um reposicionamento global da empresa, que anunciou investimentos em biorrefino e planos de descarbonização de suas atividades.

Estudo aponta “novo pré-sal” na Bacia do Pará-Maranhão com 30 bilhões de barris

Para o Greenpeace, Brasil vai na contramão do mundo se insistir em explorar Margem Equatorial

As diretrizes para atingir a neutralidade de emissões foram resumidas no relatório Getting to Net Zero.

Um dos projetos prevê aporte de 500 milhões de euros para converter uma refinaria na França em biorrefinaria até 2024.

A unidade produzirá biocombustível de aviação, diesel renovável e nafta renovável a partir de gordura animal e óleos vegetais, no lugar do fóssil. A planta deixará de refinar petróleo no primeiro trimestre de 2021, e até o fim de 2023 os estoques deverão ser encerrados.

Recentemente, a Total decidiu deixar o API (American Petroleum Institute) a partir de 2021, “após uma análise detalhada das posições climáticas” da associação de petroleiras, com sede nos EUA. O API é um dos principais grupos de lobby do setor petrolífero no mundo.

Castello Branco reclama de licenciamento

Citando a exploração na Foz do Amazonas, Castello Branco afirmou que é inadmissível que a empresa pague por uma licença para depois não obter as autorizações necessárias para explorar.

A declaração foi feita ano passado, na Rio Oil & Gas 2020, um dos principais eventos da indústria.

Ele chegou a afirmar que a Petrobras investiria, então, na Guiana, já que não consegue a licença para perfurar na Foz.

“Nós temos o potencial para uma grande bacia petrolífera e somos barrados. Enquanto isso, a Guiana está se aproveitando da situação (...) Por enquanto, vamos continuar investindo no Brasil, mas é possível irmos para lá também”, desafiou o executivo.

Na costa do Amapá, os blocos fazem fronteira com a Guiana Francesa, o que é um complicador, já que um vazamento de óleo poderia ultrapassar os limites do Brasil, provocando um incidente internacional.

Na Guiana, propriamente dita, foram feitas importantes descobertas de óleo que podem tornar o país um grande produtor. Um dos maiores projetos offshore do mundo fora do pré-sal é desenvolvido no país, sob operação da ExxonMobil.

Semelhanças geológicas indicam a possibilidade de o sucesso da Guiana ser replicado na Foz do Amazonas.

Fonte : Agência EPBR de Notícias

Data : 03/02/2021



JORNAL O GLOBO – RJ

PARA EMPRESÁRIOS, LIRA E PACHECO AINDA PRECISAM PROVAR ALINHAMENTO COM AGENDA ECONÔMICA

Embora otimistas em relação à aproximação entre Executivo e Legislativo, líderes do setor produtivo cobram clareza sobre propostas de reformas

Por Ivan Martínez-Vargas

SÃO PAULO - A eleição de presidentes da Câmara e do Senado alinhados ao governo Bolsonaro não significa automaticamente que a agenda econômica do ministro da Economia, Paulo Guedes, será priorizada, avaliam líderes empresariais ouvidos pelo GLOBO.



https://ogimg.infoglobo.com.br/in/24866936-97e-811/FT1086A/652/x89145138_Brazils-Economy-Minister-Paulo-Guedes-gestures-next-to-Brazilian-Federal-Deputy-Arthur-Lira.jpg.pagespeed.ic.JSWXOVyr_B.jpg

O ministro da Economia, Paulo Guedes, à direita, é observado pelo atual presidente da Câmara, Arthur Lira Foto: Adriano Machado/11-8-2020 / Reuters

A eleição de Arthur Lira (PP-AL) e Rodrigo Pacheco (DEM-MG) para o comando da Câmara e do Senado, respectivamente, foi interpretada como a volta ao poder do

Centrão, grupo político que historicamente não prioriza a responsabilidade fiscal.

O equilíbrio das contas públicas é apontado pelo setor produtivo e pelo mercado financeiro como essenciais para a retomada do crescimento e o controle da inflação.

A postura do Centrão em relação ao tema levanta dúvidas entre alguns empresários. Outros preferem olhar para os possíveis benefícios de um alinhamento entre Legislativo e Executivo.

Um grande empresário afirmou ao GLOBO, sob condição de anonimato, ter se espantado com a diferença entre o discurso conciliador de Lira antes da eleição e sua beligerância com as forças políticas derrotadas logo após a vitória, ao retirar da oposição postos na Mesa Diretora da casa.

Outro nome da iniciativa privada classificou como “pseudo-republicana” a ingerência de Bolsonaro na eleição, com o oferecimento de emendas parlamentares em troca de apoio político em meio a um cenário fiscal caótico.

Para José Ricardo Roriz Coelho, vice-presidente da Federação das Indústrias de São Paulo (Fiesp), não é possível estabelecer uma identidade clara entre a agenda econômica do governo e a dos novos comandantes do Legislativo apenas pelo fato de serem aliados do presidente:



https://ogimg.infoglobo.com.br/in/24866945-025-50a/FT1086A/652/x22173816_15-01-2010-Empresas-PersonagemJose-Ricardo-Roriz-Coelho-CEO-da-companhia-DetalheVitop.jpg.pagespeed.ic.r051CVqLls.jpg

O empresário José Ricardo Roriz Coelho Foto: Gustavo Lourencao/ Valor

— À frente do Executivo, na área econômica, temos gente com o pensamento econômico liberal, mas quem assumiu a Câmara não necessariamente tem essa agenda liberal. É preciso verificar até que ponto existe alinhamento na

visão econômica de fato.

Auxílio aos mais pobres

A votação de um pacote de ajuda financeira à população mais vulnerável, pauta que está nos discursos de Lira e Pacheco, só é viável se houver corte de despesas, segundo Roriz Coelho.

— A necessidade é hoje que se faça uma reforma administrativa para aprovar um novo auxílio emergencial. Só fazer um novo auxílio agravaria a situação fiscal e teria efeito nos juros. Para aumentar gasto social, o governo precisa fazer cortes — pondera o representante da Fiesp.

Humberto Barbato, presidente da Associação Brasileira da Indústria Elétrica e Eletrônica (Abinee) também afirma que um novo auxílio emergencial só seria possível com uma discussão sobre corte de gastos:

— Se a pandemia nos forçar a fazer um novo auxílio, precisamos cortar gastos. É preciso cortar com outras despesas, e a reforma administrativa proposta é tímida. Na medida em que tenhamos um novo auxílio emergencial, é preciso aprofundar o aperto no cinto.



https://ogimg.infoglobo.com.br/in/24866940-214-a43/FT1086A/652/x32685954_12122002-brasil-Humberto-Barbato-Neto-diretor-de-relacionamentos-internacionais-da-Abinee-F.jpg.pagespeed.ic.punBffMYcs.jpg

Humberto Barbato Neto, da Abinee
diretor de relacionamentos internacionais da Abinee Foto: Pisco Del Gaiso/FOTOSITE/VALOR

Falta clareza às reformas.

A proposta de reforma administrativa apresentada pelo governo é vista como insuficiente pelo setor privado, uma vez que não aborda as carreiras atuais nem servidores de poderes como o Legislativo e o Judiciário.

Representantes do setor produtivo também cobram mais clareza sobre a reforma tributária que o governo defende e a busca de convergência em torno do tema no Congresso.

— A proposta do Executivo para a reforma tributária é acanhada, precisamos ir além de juntar PIS e Confins. O novo ambiente político talvez estimule o ministro Guedes possa fazer uma nova proposta — diz Barbato.

Em entrevista ao GLOBO, Gabriel Kanner, presidente do Instituto Brasil 200, diz esperar que a reforma administrativa, privatizações e reforma tributária sejam pautadas neste ano.



O instituto representa empresas que defendem, entre outras propostas para uma reforma tributária, a criação de um imposto sobre transações financeiras para compensar a desoneração da folha. Kanner vê agora espaço para o tema voltar à discussão:

<https://ogimg.infoglobo.com.br/in/24405570-e12-3ae/FT1086A/652/xGabrielKanner.jpg.pagespeed.ic.CwovmbnHso.jpg>

Gabriel Kanner, presidente do Instituto Brasil 200, grupo de empresários que aderiu a Bolsonaro na campanha eleitoral
Foto: Reprodução

— Acredito que tem muito mais espaço para isso, principalmente para o debate. O problema é que, com Rodrigo Maia na presidência, ele não estava querendo sequer abrir para o debate. Obviamente ninguém vai defender aumento de impostos, a gente está lutando pelo contrário. Todas as possibilidades têm que ser discutidas e a função do parlamento é exatamente essa.

Centrão 'reformista liberal'

O fato de Lira e Pacheco serem do Centrão não é necessariamente um fato complicador para as agendas estruturantes, avalia o dirigente da Abinee. O problema, para ele, estava localizado na falta de diálogo entre os Poderes.

Synésio da Costa, presidente da Abrinq, que reúne fabricantes de brinquedos, também vê com bons olhos o alinhamento político entre os novos chefes do Legislativo e Bolsonaro. Para ele, a PEC Emergencial e a reforma tributária precisam ser prioridades do Congresso após a posse de Lira e Pacheco:

— Uma coisa é a equipe do Ministério da Economia sentar e produzir reformas que são consideradas boas para o governo, outra coisa é elas serem viáveis. Outra ainda é como elas vão tramitar no

Legislativo. (O ex-presidente da Câmara) Rodrigo Maia (DEM-RJ) tinha uma agenda pessoal. Agora, os posicionamentos pessoais perderam importância.



https://ogimg.infoglobo.com.br/in/24866941-6f0-9d0/FT1086A/652/x77148051_Sao-Paulo-SP-04062018-POLITICA-O-Presidente-da-Riachuelo-e-Pre-Candidato-a-Presidencia-da-R.jpg.pagespeed.ic.L97KnYATcz.jpg

Flávio Rocha, da Riachuelo em 2018, quando foi pré-candidato à Presidência Foto: Raw Image / Agência O Globo / Agência O Globo

Para Costa, a volta do auxílio emergencial é urgente:

— O presidente do Senado tem razão, precisamos olhar para os brasileiros. Eu não estou me incomodando agora se isso vai gerar déficit, mas as pessoas precisam comer. Apoiamos a ajuda humanitária, mas é preciso votar a reforma tributária, e seguir com a administrativa. O servidor público tem que dar sua cota de contribuição.

O alinhamento político entre Legislativo e Executivo também é bem visto por Flávio Rocha, presidente do conselho da Guararapes, dona da rede de lojas Riachuelo. Para ele, Lira e Pacheco, apesar de serem do Centrão, estão comprometidas com a responsabilidade fiscal:

— A vitória do Lira aglutinou toda a bancada reformista e liberal do Congresso, os focos de resistência contra as privatizações ficaram na candidatura adversária, do Baleia Rossi.

Fonte : O Globo - RJ

Data : 03/02/2021

APÓS REUNIÃO, BOLSONARO E PRESIDENTE URUGUAIO DEFENDEM FLEXIBILIZAÇÃO DO MERCOSUL

De acordo com governo brasileiro, uma reunião entre os quatro presidentes do bloco está sendo planejada para ocorrer em março

Por Daniel Gullino e Gustavo Maia



https://ogimg.infoglobo.com.br/in/24867632-d2e-7bb/FT1086A/652/x91453919_PA-Brasilia-BSB-03-02-2021-Presidente-JAir-Bolsonaro-como-Presidente-do-Uruguai-Luis-Albe.jpg.pagespeed.ic.jOF9068a56.jpg

O presidente do Uruguai, Luis Lacalle Pou, ao lado do presidente Jair Bolsonaro Foto: Pablo Jacob / Agência O Globo

BRASÍLIA — O presidente Jair Bolsonaro e o presidente do Uruguai, Luis Lacalle Pou, discutiram nesta quarta-feira uma flexibilização das regras do Mercosul, mas sem entrar em detalhes. De acordo com Bolsonaro, uma reunião está sendo planejada entre os presidentes dos quatro países do bloco, do qual também fazem parte Argentina e Paraguai.

Bolsonaro recebeu Lacalle Pou para um almoço no Palácio da Alvorada. De lá, os dois seguiram juntos para o Palácio do Planalto, onde fizeram um pronunciamento para a imprensa, ao lado de alguns ministros brasileiros.

— O Uruguai é um parceiro nosso, é um país importante, integra o Mercosul. Conversamos também da possibilidade de flexibilizar para cada país os seus negócios com outros países — disse Bolsonaro.

Lacalle Pou ressaltou que neste ano completam-se 30 anos da criação do Mercosul e afirmou que é um momento de rever a situação do bloco.

— O próximo passo neste mundo moderno é a flexibilização para que cada país, ainda pertencendo, possa avançar — afirmou o uruguaio.

O ministro das Relações Exteriores, Ernesto Araújo, disse que a ideia é realizar um encontro em março com os quatro presidentes do bloco para discutir o que pode ser feito para "redinamizar" o Mercosul. A reunião está sendo considerada para março, justamente o mês em que o bloco foi criado.

— Uruguai, país essencial na nossa parceria dentro do Mercosul, com uma visão muito semelhante à nossa, e que queremos levar para um encontro dos quatro presidentes, também com os presidentes do Paraguai e da Argentina, em março, 30 anos do Mercosul, e ver o que é que pode ser feito para redinamizar o Mercosul, algo que já estamos fazendo, mas para levar mais adiante ainda isso.

Segundo Bolsonaro, o encontro entre os presidentes talvez aconteça em Foz do Iguaçu.

— Essa nossa reunião, com os quatro presidentes, brevemente, também vai ter a parte informal, uma sugestão dele (Lacalle Pou), onde nós possamos ficar mais à vontade para discutir questões internas nossas, bem como do mundo todo — disse, acrescentando depois: — Possivelmente em Foz do Iguaçu. Possivelmente.



https://ogimg.infoglobo.com.br/in/24867643-d58-87d/FT1086A/652/x91453857_PA-Brasilia-BSB-03-02-2021-Presidente-JAir-Bolsonaro-como-Presidente-do-Uruguai-Luis.jpg.pagespeed.ic.xkKu1Kc_7q.jpg

O presidente Jair Bolsonaro e o presidente do Uruguai, Luis Lacalle Pou, no Palácio do Planalto Foto: Pablo Jacob/Agência O Globo

Caso a reunião ocorra, será o primeiro encontro presencial entre Bolsonaro e o presidente argentino, Alberto Fernández. Após mais de um ano de troca de farpas pública, os dois iniciaram uma reaproximação e tiveram

uma reunião por videoconferência em novembro do ano passado.

Durante o pronunciamento desta quarta-feira, Bolsonaro e os cinco ministros que o acompanharam estavam sem máscara. Já Lacalle Pou e o chanceler uruguaio, Francisco Bustillo, usaram o equipamento. O presidente uruguaio tirou a máscara em sua hora de falar.

O presidente uruguaio afirmou que os dois países coincidem "em uma enorme quantidade de temas":

— É claro que temos uma agenda muito grande, da qual tratarão os ministros, mas hoje volto ao meu país com a notícia de que coincidimos em uma enorme quantidade de temas, que são a liberdade dos nossos povos, a prosperidade dos nossos povos e, é claro, a boa relação e comunhão, neste caso, de Uruguai e do Brasil.

Na reunião, também foi discutida a criação de hidrovias, entre elas uma no Rio Uruguai, e a construção de uma segunda ponte entre os municípios Jaguarão, no Brasil, e Rio Branco, no Uruguai.

Fonte : O Globo - RJ

Data : 03/02/2021

APESAR DA PANDEMIA, AGRONEGÓCIO TEM A MAIOR GERAÇÃO DE EMPREGOS DOS ÚLTIMOS DEZ ANOS

Segmentos que mais contrataram em 2020 foram os de soja e criação de bovinos, segundo levantamento da CNA

Por Eliane Oliveira

BRASÍLIA - Na contramão de outros setores da economia, o agronegócio teve, em 2020, o melhor resultado na geração de empregos em dez anos. Um levantamento da Confederação de Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), divulgado nesta quarta-feira, mostra que, apesar da pandemia e dos resultados abaixo do esperado na criação de novos postos de trabalho, o agro abriu 61.637 novas vagas com carteira assinada, o melhor desempenho desde 2011, quando o saldo foi de 85.585 contratações.

Entre as atividades que mais contrataram no ano passado na agricultura, a soja liderou o ranking, com 13.396 vagas. O café também se destacou, com a abertura de 6.284 vagas. Na pecuária, a criação de bovinos (11.598) e de aves (5.993) foram as atividades que mais contribuíram para o mercado de trabalho.

Ainda de acordo com os dados, três em cada quatro vagas que foram criadas no setor agropecuário estão na região Sudeste, especialmente em São Paulo que teve crescimento de 46.475 postos de trabalho em 2020. A região Norte foi a que menos contratou, com 2.594 vagas.

O agronegócio registrou um recorde de US\$ 100,8 bilhões em exportações e um crescimento de 18,2% no faturamento em 2020. O Produto Interno Bruto (PIB) teve uma alta de 16,8% do PIB nos dez primeiros meses do ano. De acordo com os técnicos da CNA, esses bons resultados revelam o dinamismo do setor no ano passado, que apesar da alta dos custos de produção, tem demonstrado resiliência frente à crise.

De forma geral, foram abertos no Brasil, no ano passado, 142.690 postos de trabalho com carteira assinada, segundo o Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged). Os números são resultado de 15.166.221 contratações e 15.023.531 demissões.

*Fonte : O Globo - RJ
Data : 03/02/2021*

SEM QUARENTENA, VISITA DE FÁBIO FÁRIA À CHINA MOSTRA FORÇA DA HUAWEI

Por Marcelo Ninio



https://s2.glbimg.com/_eJnAL87MJHxg9s0fzTVnp3wrV0=/645x388/i.glbimg.com/og/ig/infoglobo1/f/original/2021/02/03/90613022_brasil_-_brasil_24-11-2020_-_ministro_das_comunicacoes_fabio_faria_concede_entre_vis.jpg

Ministro das Comunicações, Fábio Faria | *Ministro das Comunicações, Fábio Faria | Jorge William / Agência O Globo*

O ministro das Comunicações, Fábio Faria, fará uma visita-relâmpago à China na próxima semana como parte do tour de preparação para o leilão do 5G. O que chama a atenção é que Faria e comitiva serão eximidos de cumprir a quarentena obrigatória de duas semanas exigida de todos os que chegam na China do exterior, uma das principais medidas do rigoroso sistema chinês de contenção da pandemia.

Sinal de que as relações do Brasil com a China não chegaram a sair dos trilhos, como especulou-se nas últimas semanas em meio ao atraso na chegada dos insumos chineses para a vacina contra a Covid-19? Provavelmente. Mas também uma demonstração da importância para a China do 5G e da força da Huawei, a gigante de telecomunicações que será o foco da visita de Faria. O ministro tem chegada prevista para a noite (pelo horário chinês) de terça-feira, dia 9. Na quarta, ele visita a sede da Huawei na cidade de Shenzhen, polo de inovação conhecido como o Vale do Silício chinês, e deve deixar o país no mesmo dia.

Muitos verão na visita de Faria à China uma comprovação de que o governo desistiu de vetar a Huawei do leilão de 5G em troca da liberação dos insumos chineses. “Vacina em troca de 5G” é uma manchete atraente e de difícil contestação, principalmente depois que os dois temas se interligaram

nas gestões feitas por ministros brasileiros junto ao embaixador da China em Brasília, Wang Yanming, para liberar os insumos.

A tese esbarra na cronologia e nos fatos. A visita de Fábio Faria a Shenzhen já estava sendo planejada bem antes da “crise da vacina”. Além disso, a possibilidade de o governo barrar a Huawei do leilão do 5G perdera fôlego há pelo menos dois meses, por uma combinação de fatores práticos (aumento de custo para as empresas de telecomunicação), políticos (a derrota de Donald Trump nos EUA e uma provável retaliação da China) e jurídicos (seria difícil sustentar legalmente a discriminação contra uma empresa específica).

Se houve barganha, ela não se deu no gabinete do embaixador chinês mas por outras variáveis que estavam em operação nos últimos meses — e que vão muito além da fórmula simplificada “vacina por 5G”. O desfecho só ganhou a impressão de ser uma barganha a posteriori, pintada com cores de triunfo político por gente interessada em levar o crédito indevidamente. Afinal, a suposta “concessão” do Brasil se constituiu de algo que o país já planejava fazer, enquanto a China retribuiu com algo que não pretendia negar.

Tudo indica que a viagem do ministro Fábio Faria à China ocorreria com ou sem a tal crise da vacina. A visita com isenção da quarentena é mais uma confirmação da importância do tema das redes 5G para o governo de Pequim. Até altos funcionários do governo chinês, como o chanceler Wang Yi, cumprem a quarentena ao retornar de viagens ao exterior.

Desde o início da pandemia, a China endureceu muito as condições para entrada de estrangeiros. O rigor aumentou nas últimas semanas, com a segunda onda de infecções registrada no país. Em janeiro o registrou 2.016 casos, número mensal mais alto desde março de 2020, quando a epidemia foi considerada sob controle. A quarentena de 14 dias foi ampliada para 21. Estrangeiros com residência estão com medo de perder o visto se deixarem o país. Visitas de autoridades estrangeiras à China têm sido raríssimas.

Quando estive na China no fim de novembro para inspecionar a produção da CoronaVac, as equipes da Anvisa e do Instituto Butantan não escaparam das duas semanas de quarentena. O mesmo valeu para o time de especialistas da Organização Mundial da Saúde (OMS) que no momento investiga a origem da pandemia em Wuhan. Fábio Faria vai entrar e sair sem fazer a quarentena, algo para poucos.

Para a Huawei, é uma chance de começar a virar o jogo dentro de casa a seu favor e da China. Algo que o presidente da empresa, Ren Zhengfei, não parecia ter dúvidas de que acabaria acontecendo. Questionado em 2019 sobre a hostilidade do governo Jair Bolsonaro à China, Ren se disse confiante de que o presidente brasileiro, “quando tiver oportunidade de saber mais sobre o país, provavelmente mudará sua opinião”.

Fonte : O Globo - RJ

Data : 03/02/2021

LIRA PODE DESTRAVAR IMPOSTO SOBRE TRANSAÇÕES DE GUEDES, AVALIA LÍDER EMPRESARIAL

Para Gabriel Kanner, presidente do Instituto Brasil 200, eleição de presidentes do Congresso aliados ao governo devem acelerar reformas

Por Marcello Corrêa

BRASÍLIA - A troca de comando na Câmara dos Deputados reacendeu a aposta de empresários na agenda de reformas do governo, que avançou pouco nos últimos meses. Em entrevista ao GLOBO, Gabriel Kanner, presidente do Instituto Brasil 200, afirma que espera que a reforma administrativa, privatizações e reforma tributária sejam pautadas neste ano.



<https://ogimg.infoglobo.com.br/in/24405570-e12-3ae/FT1086A/652/xGabrielKanner.jpg.pagespeed.ic.CwovmbnHso.jpg>

Gabriel Kanner, presidente do Instituto Brasil 200, grupo de empresários que aderiu a Bolsonaro na campanha eleitoral
Foto: Reprodução

O grupo, que representa cerca de 300 empresas, defende ainda a criação de um imposto sobre transações financeiras para compensar a desoneração da folha. Na avaliação de Kanner, o debate pode ser destravado, após Rodrigo Maia (DEM-RJ) — principal crítico da proposta — deixar a presidência da Câmara.

Como o Brasil 200 avalia o resultado das eleições no Congresso?

Nos últimos dois anos, a gente sabe que muitas das pautas que o governo defendia não avançavam porque estavam travadas no Congresso. Agora, isso, pelo menos em tese, muda. A expectativa é grande para que consiga avançar em três pautas principais: reforma administrativa, privatizações e reforma tributária. A reforma administrativa é fundamental para discutir o tamanho do estado brasileiro. As privatizações precisam avançar também para enxugar o Estado brasileiro e conseguir levantar recursos para a União. A reforma tributária é uma pauta fundamental, que nós estamos defendendo desde 2018. Temos um grupo muito forte com empresários de diversos setores, que ontem após as eleições já começaram a se mobilizar. São cerca de 40 entidades que todas estavam contra a PEC 45, que era a proposta patrocinada pelo [ex-presidente da Câmara] Rodrigo Maia (DEM-RJ) e de autoria do [deputado] Baleia Rossi (DEM-SP). A gente tinha muitas preocupações em relação a essa proposta. Agora, a gente espera que não se discuta mais a reforma tributária nos moldes que estava sendo discutida com a PEC 45 e que a gente possa discutir um projeto de forma ampla e escutando todos os setores da sociedade e a população.

Você defendem alguma ordem de prioridade específica para essas medidas?

A reforma administrativa e as privatizações seriam mais urgentes. Realmente é difícil pautar mais de um grande projeto por vez. Essas pautas, se tiverem consenso, agora com essa maioria que deve ser construída pelo [novo presidente da Câmara] Arthur Lira (PP-AL), devem andar. A reforma tributária é tão urgente quanto essas, mas é uma discussão muito técnica que envolve muita gente diferente e diferentes setores e precisa de um debate mais aprofundado, que demanda um pouco mais de tempo.

Sobre a tributária, o Brasil 200 defende a criação de um imposto sobre transações financeiras. Acha que será mais possível avançar nessa discussão?

Acredito que tem muito mais espaço para isso, principalmente para o debate. O problema é que, com Rodrigo Maia na presidência, ele não estava querendo sequer abrir para o debate. Obviamente ninguém vai defender aumento de impostos, a gente está lutando pelo contrário. Todas as possibilidades têm que ser discutidas e a função do parlamento é exatamente essa. A gente quer uma reforma tributária moderna, que faça sentido na era digital, combata a sonegação, seja simples para o contribuinte e para o Estado. Essas são as premissas básicas. Não vejo a mínima possibilidade de voltar a discussão de implementação de um IVA (imposto sobre valor adicionado) de 25% [previsto na PEC 45 e criticada pelo setor de serviços], ainda mais nesse momento, com tudo que está acontecendo na pandemia para o setor de serviços.

Qual é o risco de que a pauta de programas sociais e aumento de gastos seja mais forte no Congresso que a agenda de reformas que o setor privado espera?

Isso é preocupante. É óbvio que estamos vivendo tempos excepcionais e algo precisava ser feito nesse sentido. Gastamos R\$ 300 bilhões com o auxílio e foi fundamental. Vi uma entrevista do [novo presidente do Senado] Rodrigo Pacheco (DEM-MG) em que ele fala sobre respeitar o teto de gastos

é ao mesmo tempo encontrar uma forma de manter o auxílio. Acho isso muito improvável e difícil. É mágica, praticamente. É uma conta que, sem dúvida, vai vir no médio prazo e as consequências vão ser muito drásticas para a economia brasileira. Isso vai refletir na população mais pobre, com perda de empregos. Acredito que o responsável para a retomada da economia é melhorar o ambiente de negócios para que a gente consiga ter a curva em V, como diz o ministro Paulo Guedes. Esse é o grande desafio de tentarmos construir uma agenda liberal, porque o Estado vai sempre querer ampliar seus gastos, ainda mais quando vê que algo dá resultado, é popular, é muito tentador.

Mas não será necessário algum tipo de ampliação de gastos sociais, ainda que dentro do teto de gastos, considerando o impacto da pandemia, que ainda não cedeu?

É óbvio que os programas sociais precisam ser mantidos. O Bolsa Família é um excelente programa. Agora, o principal que precisamos fazer é reabrir a economia. Com a vacina chegando, não tem mais como sustentar um lockdown como estava. São Paulo fechou o estado inteiro, tem diversas cidades no interior sem nenhum caso. A gente precisa reabrir urgentemente a economia. Não tem como manter um programa social para atender a praticamente metade da população. Por mais que tenha essa injeção de dinheiro na economia, não é uma política sustentável a médio e longo prazo. É preciso voltar aos programas sociais aos níveis que estavam anteriormente, mantendo o Bolsa Família, com alguma ampliação para realmente auxiliar as pessoas mais vulneráveis, mas com um critério rígido e que a gente possa reabrir a economia para que essas pessoas possam conseguir empregos.

O grupo tem previsão de encontro com os novos líderes para apresentar demandas?

Essa semana temos uma reunião do nosso grupo para definir a estratégia e os principais pilares de atuação, que será muito provavelmente dentro dessa linha: administrativa, privatizações e reforma tributária. Na sequência, devemos marcar uma reunião com o Lira e com o ministro Paulo Guedes. A ideia é mobilizar a classe empresarial e dar apoio principalmente ao Paulo Guedes, para que ele possa ir à frente com todas essas pautas e, se tudo caminhar bem, ter esse respaldo da Câmara dos Deputados e do Senado com os novos presidentes.

Como as eleições de 2022 podem interferir na possibilidade de aprovação de reformas?

Acho que pode interferir. Isso sempre ocorreu dessa forma na história, não só no Brasil, mas em todos os países. É natural que aconteça. O que a gente tem que fazer é trabalhar para acelerar essas pautas o mais rápido possível. O governo, obviamente, tem todo interesse para que a economia se recupere rapidamente. Esse vai ser o principal fator das eleições de 2022. Esperamos que isso seja combustível para a gente conseguir fazer o que é necessário neste momento.

Fonte : *O Globo - RJ*
Data : 03/02/2021

O ESTADO DE S. PAULO

O ESTADO DE SÃO PAULO - SP

PACHECO E LIRA DIZEM QUE VÃO DISCUTIR 'ALTERNATIVAS' PARA AUXÍLIO EMERGENCIAL

Os recém-eleitos presidentes do Senado e da Câmara se manifestaram a favor de uma nova rodada do benefício quando ainda eram candidatos aos cargos; eles se reúnem nesta quarta com o presidente Jair Bolsonaro

Por *Daniel Weterman*, *O Estado de S.Paulo*

BRASÍLIA - Os recém-eleitos presidentes da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), e do Senado, Rodrigo Pacheco (DEM-MG), anunciaram nesta quarta-feira, 3, que vão discutir "alternativas" para o auxílio emergencial. O benefício foi pago em 2020 a desempregados, trabalhadores informais e beneficiários do Bolsa Família para ajudar no enfrentamento da pandemia.

Ambos se comprometeram a encontrar "alternativas" para o auxílio respeitando o teto de gastos, a regra constitucional que impede que as despesas cresçam em ritmo superior à inflação.

Os contemplados no auxílio receberam cinco prestações de R\$ 600 e quatro de R\$ 300. Mulheres chefes de família tiveram direito a duas cotas. Portanto, as cinco primeiras parcelas foram de R\$ 1.200, enquanto as quatro últimas, de R\$ 600.

Quando eram candidatos aos cargos, Pacheco e Lira se manifestaram a favor de uma nova rodada do benefício, com o agravamento da pandemia.

Ainda na manhã desta quarta, os dois se reúnem com o presidente Jair Bolsonaro. A partir das 15h, o Congresso Nacional realiza a cerimônia de abertura das atividades legislativas.



<https://img.estadao.com.br/resources/jpg/0/8/1612360346380.jpg>

Os novos presidentes da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), e do Senado, Rodrigo Pacheco (DM-MG). Foto: Michel Jesus/Câmara dos Deputados

Pacheco e Lira se comprometeram a dar andamento às reformas que estão nas duas Casas. Segundo o presidente do Senado, ambos vão buscar prazo para o relatório final da reforma tributária, que prevê a simplificação no pagamento de impostos. Ainda nesta quarta, eles vão se reunir com os relatores das propostas

que caminham separadamente na Câmara e no Senado.

A da Câmara prevê a fusão de IPI, PIS, Cofins (federais), ICMS (estadual), ISS (municipal). A do Senado, IPI, PIS, Cofins, IOF, CSLL, Cide, Salário Educação (federais); ICMS (estadual); ISS (municipal). Única parte que foi entregue pela equipe econômica ao Congresso, a proposta do governo propõe unir PIS/Cofins em um novo imposto, chamado de Contribuição Social sobre Bens e Serviços (CBS).

Pacheco também disse que o Senado vai fazer a "discussão antecipada" da reforma administrativa que está na Câmara, entregue pelo governo em setembro do ano passado.

A proposta muda as regras para contratar, promover e demitir os servidores. Ficaram de fora do alcance da maior parte das mudanças os servidores atuais e os chamados membros de outros Poderes (juízes, promotores, desembargadores, por exemplo).

O novo presidente do Senado também deu apoio à discussão do pacote batizado de Plano Mais Brasil, enviado pelo ministro da Economia, Paulo Guedes, em novembro de 2019.

Uma das propostas é o chamado pacto federativo, que revê as regras fiscais e injeta recursos nos Estados e municípios. O pacote inclui uma PEC emergencial para abrir R\$ 28 bilhões no Orçamento em dois anos e R\$ 50 bilhões em uma década, e outra para tirar o carimbo de R\$ 220 bilhões em recursos hoje parados em fundos do governo.

Fonte : O Estado de São Paulo - SP

Data : 03/02/2021

MINISTÉRIO DA INFRAESTRUTURA TRABALHA PARA QUE MARCO DAS FERROVIAS SEJA FOCO DO CONGRESSO

Projeto de lei, que foi enviado ao Senado em 2018, prevê a construção de novas ferrovias por meio de simples autorização, no lugar do tradicional modelo de concessão pública

Por André Borges, O Estado de S.Paulo

BRASÍLIA - O Ministério da Infraestrutura se mobiliza para encampar uma pauta de projetos que deve ser levada aos novos presidentes da Câmara, Arthur Lira (PP-AL) e do Senado, Rodrigo Pacheco (DEM-MG). A aprovação do novo marco legal das ferrovias está no topo das prioridades.

O projeto de lei 261, enviado ao Senado em 2018, prevê que a construção de novas ferrovias seja feita por meio de simples autorização, a partir da manifestação de interesse de qualquer empreendedor privado. Hoje, as ferrovias são construídas no Brasil apenas por meio de modelo de concessão pública, no qual o governo elabora o projeto de engenharia e realiza uma licitação pública, para que interessados possam concorrer pela construção e exploração do trecho.



<https://img.estadao.com.br/resources/jpg/5/4/1612321129745.jpg>

Modelo de autorização dará mais liberdade para a empresa dona da ferrovia. Foto: Dida Sampaio/Estadão

No modelo de autorização, a empresa passa a ser dona de toda a ferrovia, que não retorna para a União. “É um projeto importante para nós, porque avança, facilita e desburocratiza. Você permite que alguém que está disposto a tomar o risco de engenharia, possa fazer isso, com benefícios regulatórios. O empresário tem uma regulação

mais flexível, tem mais liberdade de operar com seu ativo e o tempo que for para amortizar o capital”, disse ao Estadão o ministro da Infraestrutura, Tarcísio de Freitas.

O modelo proposto já é aplicado hoje nos terminais privados dos portos, onde o governo emite autorização para empresas erguerem suas estruturas e tocarem a operação.

Apesar de ser uma autorização, os empreendimentos estão sujeitos ao mesmo processo de licenciamento ambiental imposto aos processos de concessão pública. A avaliação do governo é que há dezenas de projetos de interesse privado que poderiam ser tocados no setor ferroviário, por estarem atrelados a interesses específicos de empresas.

De autoria do senador José Serra (PSDB/SP), o projeto de lei já está pronto para ser colocado em votação, segundo seu relator, o senador Jean Paul Prates (PT-RN). O texto prevê que a União deve fiscalizar e penalizar operadoras ferroviárias sobre falhas técnicas, operacionais, ambientais e econômicas, mas prevê livre concorrência e liberdade de preços.

BR do Mar

O ministro da Infraestrutura destaca ainda a necessidade de avançar com o projeto conhecido como “BR do Mar”, que pretende levar mais competitividade ao setor de cabotagem, como é conhecido o transporte via navio realizado entre portos brasileiros.

O projeto não é uma unanimidade entre empresários e representantes do segmento.

Fonte : O Estado de São Paulo - SP

Data : 03/02/2021

IBAMA VÊ NOVAS FALHAS EM ESTUDO DE BELO MONTE E DEVE MANTER LIBERAÇÃO MÁXIMA DE ÁGUA

Estudo entregue pela Norte Energia foi uma tentativa de derrubar a decisão do órgão ambiental, que determinou a liberação de 10.900 metros cúbicos de água por segundo, entre os dias 8 e 14 de fevereiro

Por André Borges, O Estado de S.Paulo

BRASÍLIA - A equipe técnica do Ibama que analisa os danos causados pela retenção de água na hidrelétrica de Belo Monte rejeitou um “estudo complementar” apresentado pela concessionária Norte

Energia, dona da usina, e deve manter a determinação para que a companhia faça a liberação máxima de água no rio Xingu, ao longo da próxima semana.

Na prática, a Norte Energia deverá ser obrigada a liberar, entre os dias 8 e 14 de fevereiro, o mesmo volume de água que tem vertido nesta semana: 10.900 metros cúbicos de água por segundo, conforme prevê o cronograma provisório estabelecido pelo Ibama. A empresa, que contou com intervenção direta do Ministério de Minas e Energia (MME), de toda a cúpula do setor elétrico e do Ministério da Economia para derrubar a decisão do órgão ambiental, queria que essa vazão se limitasse a 1.600 m³ por segundo ao longo de fevereiro.

O Estadão teve acesso a um parecer técnico do Ibama concluído nesta segunda-feira, 1^o, o qual analisa, ponto a ponto, os estudos complementares apresentados no fim do ano passado pela Norte Energia, com o propósito detalhar a situação causada pela hidrelétrica em um trecho de 130 quilômetros de extensão do Rio Xingu, a chamada Volta Grande do Xingu. O trecho do rio tenta sobreviver desde que a usina fechou seu reservatório principal e passou a liberar um volume ínfimo de água, quando comparado às condições naturais do rio.

Após analisar cada informação enviada pela concessionária, os técnicos concluem que “o estudo continua falho, sem dar condições ao Ibama de obter respostas razoáveis e seguras em colaboração ao processo de tomada de decisão sobre a viabilidade do hidrograma de teste” da usina, ou seja, não há como comprovar qualquer viabilidade do que a empresa propõe, dado que dezenas de outros estudos já comprovaram os danos causados ao meio ambiente em toda a região e às milhares de pessoas que vivem na área.



<https://img.estadao.com.br/resources/jpg/4/8/1612384514184.jpg>

Desde sua criação, Belo Monte tem causado forte impacto no volume de água do Rio Xingu. Foto: Daniel Teixeira/Estadão

“O que se observou de maneira geral foi que o denominado estudo complementar esteve mais amarrado ao processo comparativo entre resultados recentes com aqueles do EIA (Estudo de Impacto Ambiental) com fins nítidos de referendar resultados pretéritos, que buscar independência e isonomia técnica”, afirma o Ibama. “Se gastou mais tempo em explicar o EIA que gerar uma base de dados mais segura e mais bem explorada, capaz de eliminar as fragilidades das informações.”

O órgão ambiental também faz uma crítica direta ao que a Norte Energia definiu como “hidrograma de consenso”, para deixar claro que não existe nenhum “consenso”, uma vez que foi a própria empresa que estabeleceu as programações mensais de liberação de água que iria fazer. A operação da usina se baseia em duas propostas anuais de vazão, usadas de forma alternada, os chamados “hidrogramas A e B”, que preveem vazões em quantidades distintas durante alguns meses. Ocorre que nenhuma das duas opções já aplicadas pela empresa têm mantido condições mínimas de vida na região.

“Consideradas as evidências documentais de que os Hidrogramas A e B NÃO foram oriundos de discussão técnicas envolvendo o Ibama, mas de uma decisão unilateral por parte do empreendedor, este parecer se restringe a referir aos mesmos como hidrogramas de teste, e não de consenso”, afirmam os técnicos.

Em sua conclusão, o órgão ambiental alerta que “as condições de degradação ambiental podem piorar com a implementação definitiva das vazões alternadas do hidrograma de teste” e que, por isso, o “parecer não considera adequada a abordagem dada pelo relatório técnico, sugerindo sua devolução e readequação”.

O Ministério de Minas e Energia e membros do setor elétrico alegam que, ao liberar mais água para o rio, haverá uma redução no volume de energia que estava previsto pela casa de força principal de Belo Monte. Com essa frustração de geração, é preciso comprar essa energia de outras fontes,

como usinas térmicas, que são mais caras e poluentes. O custo dessa aquisição, considerando apenas as vazões determinadas para janeiro e fevereiro, chegariam a cerca de R\$ 1,3 bilhão, pelos cálculos da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel). A fatura deve ser dividida entre todos os consumidores na conta de luz.

Procurados, a Norte Energia e o Ministério de Minas e Energia não quiseram se manifestar sobre a decisão do Ibama em manter a vazão do Xingu em seu nível máximo, como previsto no hidrograma provisório elaborado pelo órgão.

Especialistas

O Ministério Público Federal também solicitou uma análise técnica aprofundada dos estudos complementares apresentados pela Norte Energia. O pedido foi feito pela procuradora da República em Altamira (PA) Thais Santi, para elaboração de uma “avaliação técnica independente das informações prestadas pela concessionária”.

As conclusões deste segundo parecer técnico confirmam o posicionamento dos analistas do Ibama. Entre os apontamentos do relatório está o alto risco de extinção de espécies que dependem do pulso natural do rio e suas áreas alagáveis. “O alagamento permanente causa a mortalidade em massa da vegetação, que não têm mais fases terrestres disponíveis. Sendo assim, a degradação gradual dos ambientes alagáveis na Volta Grande tornará ainda mais grave a perda de conectividade para a fauna especialista em ambientes alagáveis”, afirmam.

Os especialistas alertam ainda que “oscilações abruptas e irregulares/imprevisíveis na descarga/vazão, e conseqüentemente na cota, significam uma ameaça e a possibilidade de que os animais aquáticos fiquem presos em poças, lagoas e canais”. Dessa forma, avaliam, “a tendência é que os animais abandonem as áreas alagáveis e se abriguem nos canais de onde vieram, interrompendo sua alimentação e, mais grave ainda, os ciclos reprodutivos”. “Estas oscilações muito possivelmente irão impedir o recrutamento populacional da maioria dos peixes que se reproduzem durante o inverno amazônico (período de chuvas) nas áreas inundáveis.”

O material é assinado por 12 especialistas, entre eles André Oliveira Sawakuchi, do Instituto de Geociências da Universidade de São Paulo, especialista em Sedimentologia, Geologia do Quaternário e mudanças ambientais na Amazônia e sua relação com a biodiversidade; Camila Ribas, do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia, especialista em biogeografia e evolução da biodiversidade na Amazônia; Eder Mileno Silva De Paula, da Universidade Federal do Pará, especialista em Geografia Física, Hidrogeografia, Geoprocessamento e Sensoriamento Remoto; e Jansen Zuanon, do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia, especialista em ecologia de peixes amazônicos.

A definição sobre o volume de água obedece a uma programação mensal, que varia fortemente conforme a época do ano, por causa dos meses de cheia e de seca. Neste mês de janeiro, por exemplo, a Norte Energia queria liberar apenas 1.100 metros cúbicos de água por segundo para a Volta Grande, conforme previsto em seu próprio hidrograma. O Ibama, porém, determinou que a concessionária fizesse a liberação de 3.100 m³/s.

Para fevereiro, a empresa pretendia liberar apenas 1.600 m³/s, mas o Ibama cobrou que esse volume chegasse a 10.900 metros cúbicos, quase sete vezes o pretendido pela concessionária.

Fonte : O Estado de São Paulo - SP

Data : 03/02/2021

LÍDER DO PSDB FALA QUE GOVERNO ‘PERDE O FOCO’ AO INCLUIR PAUTA DE COSTUMES

Com a lista de prioridades de Jair Bolsonaro recheada de projetos da chamada “pauta dos costumes”, o líder do PSDB na Câmara, Rodrigo de Castro (MG), criticou o que o governo sonha em votar no Congresso. “Na lista de projetos prioritários entregues aos presidentes da Câmara e do Senado, o governo perdeu o foco ao incluir matérias que tratam da pauta de costumes”, disse.

Dentre os projetos que o governo quer votar, estão novas regras que flexibilizam o porte e a posse de armas de fogo, homeschooling. “Essa pauta atende a grupos específicos e não está entre as urgências do Brasil. Em relação a ela, o PSDB estará na linha de frente de defesa de uma sociedade justa, plural e solidária”, disse Castro.

Fonte : O Estado de São Paulo - SP

Data : 03/02/2021

REDE 5G EXCLUSIVA PARA GOVERNO COLOCA EM XEQUE PRIVATIZAÇÃO DA TELEBRÁS

Por Circe Bonatelli e Anne Warth



https://economia.estadao.com.br/blogs/coluna-do-broad/wp-content/uploads/sites/431/2021/02/andredusekestadao_020220212101.jpg

Antena para transmissão de internet. Crédito da foto: André Dusek/Estadão

O leilão das faixas do 5G deixou mais distante o plano de privatização da Telebrás, que estava prevista para 2021 e já foi adiada para 2022. As dúvidas sobre a real intenção do governo Jair Bolsonaro privatizar a estatal surgiram após a demanda do Ministério das Comunicações para que as operadoras que arrematarem as faixas do 5G no futuro leilão tenham, como contrapartida, a obrigação de construir uma rede de fibra ótica exclusiva para os órgãos do governo federal. E a candidata natural para assumir a gestão dessa rede privativa seria a própria Telebrás.

Como funciona. Batizada de Rede Segura, essa conexão terá que atender os órgãos federais de todo o território que atuem com segurança pública, defesa, emergências e desastres. O pedido para construção dessa rede constou na portaria 1.924/2021, publicada pelo Ministério das Comunicações na noite de sexta-feira, 29, com as diretrizes para a Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) na elaboração do edital do leilão do 5G.

Estratégica. A portaria não explicita quem será o responsável pela gestão da rede exclusiva do governo, mas faz referência ao decreto 9.612/2018, que dispõe sobre políticas públicas de telecomunicações e deixa claro que essa atribuição é única e exclusiva da Telebrás. A medida foi mal recebida no Ministério da Economia, que não teria sido consultado sobre o teor. Agora, a pasta de Paulo Guedes vê o plano de privatização colocado em xeque pelo fato de a estatal vir a ganhar importância estratégica para o governo.

Opções. Com esse mal estar como pano de fundo, o ministro das Comunicações, Fabio Faria, declarou nesta terça-feira, 2, que a escolha do operador da Rede Segura se dará por “critérios técnicos e de preço”. Ele acrescentou que a pasta pode publicar um novo decreto autorizando a operação futura da rede por um ente privado, ao contrário do que é permitido atualmente. Mas em “última análise”, o operador poderá ser a Telebras, explicou Faria. Por sua vez, o Ministério da Economia foi procurado, mas não se manifestou.

Torcida contra. No governo, a ala militar já é contra a privatização da estatal. Isso porque a empresa pública é dona do satélite brasileiro enviado para órbita em 2017 e que conta com uma banda exclusiva para fins militares, como monitoramento do território. A outra banda é liberada para o uso civil, com serviços de internet para regiões remotas.

Esta nota foi publicada no Broadcast+ no dia 02/02/2021

O Broadcast+ é a plataforma líder no mercado financeiro com notícias e cotações em tempo real, além de análises e outras funcionalidades para auxiliar na tomada de decisão.

Para saber mais sobre o Broadcast+ e solicitar uma demonstração, acesse

<http://www.broadcast.com.br/produtos/broadcastplus/>

Contato: colunabroadcast@estadao.com

Siga a @colunadobroad no Twitter

Fonte : O Estado de São Paulo - SP

Data : 03/02/2021



VALOR ECONÔMICO (SP)

TCU DEVE REDUZIR TEMPO DE ANÁLISE DO LEILÃO DO 5G PARA 60 DIAS, DIZ MINISTRO

Segundo Fábio Faria, três ministros do órgão de controle vão integrar a comitiva do governo que vai visitar cinco países que atuam no desenvolvimento da nova tecnologia

Por Rafael Bitencourt, Valor — Brasília



[https://s2.glbimg.com/AF1W9dJtWjrUQVIn_kICAnnAkkA=/0x0:1153x998/1000x0/smart/filters:strip_icc\(\)/i.s3.glbimg.com/v1/AUTH_63b422c2caee4269b8b34177e8876b93/internal_photos/bs/2020/g/2/he9tEUT4eP5CRIAy4F1g/foto12pol-201-sucessao-a8.jpg](https://s2.glbimg.com/AF1W9dJtWjrUQVIn_kICAnnAkkA=/0x0:1153x998/1000x0/smart/filters:strip_icc()/i.s3.glbimg.com/v1/AUTH_63b422c2caee4269b8b34177e8876b93/internal_photos/bs/2020/g/2/he9tEUT4eP5CRIAy4F1g/foto12pol-201-sucessao-a8.jpg)

— Foto: Pablo Jacob/Agência O Globo/Arquivo

O ministro das Comunicações, Fábio Faria, informou que o Tribunal de Contas da União (TCU) sinalizou que vai reduzir o tempo de análise da licitação de vendas de licenças da quinta geração da telefonia móvel (5G) de 150 para 60 dias.

“Economizaremos aí 90 dias para adiantarmos o processo”, disse o ministro em pronunciamento no Palácio do Planalto sobre a visita a cinco países que atuam no desenvolvimento da nova tecnologia.

Faria disse que três ministros do TCU vão integrar a comitiva do governo, Bruno Dantas, Vital do Rêgo e Walton Alencar. Ontem, durante a análise do edital do leilão pelo comando da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), a diretoria fez um cumprimento ao ministro do TCU, Raimundo Carreiro, que assistia a reunião transmitida pela internet para acompanhar a discussão travada pela liderança da agência.

A delegação formada por técnicos e autoridades do governo brasileiro partirá ainda hoje na viagem que inclui visita a Suécia, Finlândia, Coreia do Sul, Japão e China. A volta está programada para o próximo dia 13.

“Vamos visitar todas as empresas e conversar com todos os CEOs e ter reuniões com os ministros das telecomunicações e de infraestrutura desses países”, afirmou Faria.

O governo e a Anatel têm a expectativa de publicar o edital e realizar o leilão até o fim do primeiro semestre.

Fonte: Valor Econômico - SP

Data : 03/02/2021

KLABIN LANÇA ESTRATÉGIA DEDICADA AO SEGMENTO DE COMÉRCIO ELETRÔNICO

No ano passado, as vendas diretas de embalagens da Klabin para o e-commerce cresceram 122%

Por Stella Fontes, Valor — São Paulo



[https://s2.glbimg.com/kTCeprjMhO6t4LfwxLfoL8e0pxk=/0x0:1280x699/1000x0/smart/filters:strip_icc\(\)/i.s3.glbimg.com/v1/AUTH_63b422c2caee4269b8b34177e8876b93/internal_photos/bs/2020/9/E/xbJyH7TZOaD82UNKIG1Q/foto30emp-101-klabin-b5.jpg](https://s2.glbimg.com/kTCeprjMhO6t4LfwxLfoL8e0pxk=/0x0:1280x699/1000x0/smart/filters:strip_icc()/i.s3.glbimg.com/v1/AUTH_63b422c2caee4269b8b34177e8876b93/internal_photos/bs/2020/9/E/xbJyH7TZOaD82UNKIG1Q/foto30emp-101-klabin-b5.jpg)

Douglas Dalmasi: “De forma proativa, nos estruturamos para atender melhor o mercado” — Foto: Divulgação/Arquivo

Maior fabricante de papéis para embalagem do país, a Klabin lançou oficialmente hoje sua estratégia dedicada ao mercado de comércio eletrônico, que tem contribuído de forma relevante para a expansão das vendas de embalagens de papel nos mercados brasileiro e mundial.

Batizado “e-Klabin”, o negócio que consolida as iniciativas da companhia nessa área está estruturado em três frentes, uma delas dedicada a marcas tradicionais que pretendem ampliar presença no varejo online e outra a marketplaces. A terceira frente compreende o “Klabin ForYou”, um marketplace voltado aos clientes de pequeno e médio portes que buscam uma solução de papel customizada.

Em nota, o diretor de Embalagens da Klabin, Douglas Dalmasi, afirma que novos consumidores passaram a usar o canal digital, cuja forte tendência de crescimento já era acompanhada pela companhia, com a pandemia de covid-19. “De forma proativa, nos estruturamos para atender melhor o mercado”, diz, em nota.

No ano passado, as vendas diretas de embalagens da Klabin para o e-commerce cresceram 122% ante 2019.

Fonte: Valor Econômico - SP

Data : 03/02/2021

GOVERNO ZERA IMPOSTO DE IMPORTAÇÃO DE PNEUS PARA TRATORES

No dia 20 de janeiro, cinco modelos de pneus para caminhão já haviam recebido a isenção
Por Rafael Walendorff, Valor — Brasília

O governo federal retirou a tarifa de importação de 16% aplicada a dois modelos de pneus utilizados em tratores. A isenção vale para os pneus radiais agrícolas de medidas 650/65R e 710/75R. Como os itens não são fabricados no Brasil, a comercialização interna depende exclusivamente da compra em outros países. A alíquota fica zerada por tempo indeterminado, até que haja identificação de produção nacional.

A retirada da tarifa foi deliberada ontem pelo Comitê-Executivo de Gestão (Gecex) da Câmara de Comércio Exterior (Camex) e publicada hoje no Diário Oficial da União. Uma série de outros itens, classificados como bens de capital (BK) e de uso na indústria em geral, também foi desonerada. No dia 20 de janeiro, cinco modelos de pneus para caminhão já haviam recebido a isenção.

O pedido de isenção foi feito pelo setor privado. “A alegação é a inexistência de produção nacional. A redução da alíquota de um produto considerado ex tarifário foi amparada pelo regime de autopeças não produzidas, que se aplica necessariamente a produtos específicos sem produção nacional equivalente”, explicou Ana Lúcia Gomes, diretora do Departamento de Comércio e Negociações Comerciais da Secretaria de Comércio e Relações Internacionais do Ministério da Agricultura.

Fonte: Valor Econômico - SP

Data : 03/02/2021

EXXON CRIA UNIDADE DE NEGÓCIOS FOCADA EM REDUÇÃO DE EMISSÃO DE CARBONO

Novo negócio vai investir US\$ 3 bilhões até 2025 em tecnologias de energia de baixa emissão
Por Dow Jones Newswires — Houston

A Exxon Mobil está criando uma unidade de negócios que vai se concentrar exclusivamente em tecnologias para reduzir as emissões de carbono, ao passo que a petrolífera enfrenta um aumento na pressão para intensificar os investimentos em sustentabilidade.

A Exxon disse que o novo negócio, chamado de “soluções de baixo carbono”, vai investir US\$ 3 bilhões até 2025 em tecnologias de energia de baixa emissão, principalmente em projetos de captação e armazenamento de carbono, que captam emissões de carbono de processos industriais ou diretamente do ar e as depositam no subsolo. Os investimentos representam de 3% a 4% das despesas anuais de capital previstas pela Exxon.

A companhia tem, há anos, uma divisão de investigação e desenvolvimento focada na captação de carbono. Atualmente, a única aplicação em grande escala para o carbono captado é ajudar a produzir mais combustíveis fósseis, bombeando o gás para extrair mais petróleo e gás do solo.

Fonte: Valor Econômico - SP

Data : 03/02/2021

GOVERNO AUTORIZA INÍCIO DOS ESTUDOS PARA CONCESSÃO DE 7 TERMINAIS PESQUEIROS PÚBLICOS

Estudos serão realizados pelo Consórcio LPC Latina, que tem prazo de 60 dias para concluir seus trabalhos

Por Lu Aiko Otta, Valor — Brasília

O governo autorizou o início dos estudos para a concessão de sete Terminais Pesqueiros Públicos (TPP) em Aracaju, Vitória, Cananéia (SP), Manaus, Natal, Santos (SP) e Vitória. O leilão está previsto para novembro de 2021.

Os estudos serão realizados pelo Consórcio LPC Latina, que tem prazo de 60 dias para concluir seus trabalhos. Pela programação, o relatório e um modelo deverão ser entregues ao governo em 22 de março.

“Tiramos o primeiro projeto do papel, que foi o TPP de Cabedelo, recentemente leiloado”, disse a secretária especial do Programa de Parcerias de Investimentos (PPI), Martha Seillier, em nota divulgada pelo Ministério da Economia nesta quarta-feira. “É uma agenda que tem um potencial de transformação muito grande para a pesca no país. Precisamos dessa infraestrutura adequada nos terminais pesqueiros.”

Após a conclusão dos estudos, que deverão ser validados pela Secretaria de Aquicultura e Pesca, com apoio do PPI, será aberta consulta pública, prevista para os meses de abril e maio. Nessa etapa, o projeto será divulgado e debatido com a sociedade. Em seguida, o governo adequará a proposta aos resultados das consultas públicas e encaminhará os estudos para o Tribunal de Contas da União (TCU).

Após a aprovação pela corte de contas, o edital poderá ser publicado. A previsão é que isso ocorra em setembro.

Fonte: Valor Econômico - SP

Data : 03/02/2021

LISTA DE 35 PRIORIDADES PEDIDAS POR BOLSONARO A PACHECO E LIRA INCLUI PRIVATIZAÇÃO DA ELETROBRAS

A planilha, obtida pelo Valor, foi elaborada pela Secretaria de Governo da Presidência e entregue pelo chefe do Executivo num encontro com os dois presidentes do Legislativo

Por Raphael Di Cunto, Matheus Schuch e Renan Truffi, Valor — Brasília

O presidente Jair Bolsonaro pediu aos novos presidentes da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), e do Senado, Rodrigo Pacheco (DEM-MG), prioridade na votação de 35 projetos de lei ou propostas de emendas constitucionais (PECs), além de uma estratégia para aprovação da Lei Orçamentária Anual (LOA) até o meio de março “para que o governo federal consiga honrar com seus compromissos” e também sobre o projeto de privatização da Eletrobras.



[https://s2.glbimg.com/r4eQbwqjWYBkLHUn_abuS0Z_kus=/0x0:799x533/1000x0/smart/filters:strip_icc\(\)/i.s3.glbimg.com/v1/AUTH_63b422c2caee4269b8b34177e8876b93/internal_photos/bs/2021/1/s/de0frdTISB1PP6h2HXHA/50905095752-0a16303cc8-c.jpg](https://s2.glbimg.com/r4eQbwqjWYBkLHUn_abuS0Z_kus=/0x0:799x533/1000x0/smart/filters:strip_icc()/i.s3.glbimg.com/v1/AUTH_63b422c2caee4269b8b34177e8876b93/internal_photos/bs/2021/1/s/de0frdTISB1PP6h2HXHA/50905095752-0a16303cc8-c.jpg)

— Foto: Marcos Corrêa/PR

A planilha, obtida pelo Valor, foi elaborada pela Secretaria de Governo da Presidência e entregue por Bolsonaro num encontro com os dois presidentes nesta quarta-feira. O documento lista projetos para retomada econômica e também da pauta de costumes, que teve selecionados nove propostas já em tramitação que são prioridade para o Executivo. A PEC do voto impresso, bandeira do presidente e dos bolsonaristas, não está na lista.

Na pauta de costumes, os pedidos são para aprovação de modificar as regras para registro, posse e comercialização de armas de fogo, a ampliação das categorias que terão direito a porte de armas, para determinar quais são as normas aplicáveis a militares em situações de Garantia de Lei e Ordem (GLO), aumento da pena para abuso sexual de menores, o documento único de transporte, transformar pedofilia em crime hediondo, ensino doméstico, revisão da Lei de Drogas e alteração no estatuto do índio contra o infanticídio.

A pauta econômica solicitada ao Congresso é mais ampla. Além das reformas administrativa e tributária, o governo pediu atenção as três PECs do programa Mais Brasil – a Emergencial, dos Fundos e do Pacto Federativo -, e ao projeto que autoriza o uso do saldo financeiro de fundos públicos para pagar a conta das ações de combate a covid-19.

A lista cita projetos já aprovados no Senado, e que dependem de análise da Câmara, como a Lei do Gás, a regulamentação do teto remuneratório do funcionalismo público, restrições ao superendividamento, a BR do Mar (cabotagem) e o marco legal das startups.

Entre os projetos já votados por deputados e que estão aguardando a avaliação dos senadores estão o de eficiência administrativa (Govtec) e o Fundo de Investimento Agrícola (Fiagro).

Três projetos de interesse do Banco Central estão na lista: a autonomia da autoridade monetária, regras para depósitos voluntários das instituições financeiras e o novo mercado de câmbio.

No âmbito da infraestrutura, as prioridades são a mudança no regime de partilha do petróleo, a modernização do setor elétrico, a exploração indireta, pela União, do transporte ferroviário em infraestruturas de propriedade privada e a regulamentação da cobrança de pedágio no regime “free flow” (por trecho rodado pelo veículo).

Além disso, a Secretaria de Governo também pediu foco para os projetos de licenciamento ambiental, de concessões florestais, de mineração em terras indígenas, regularização fundiária e regulamentação de debêntures de infraestrutura.

A pauta de Bolsonaro

Executivo pede prioridade para 26 projetos econômicos e nove de "costumes"

Lista de 35 prioridades pedidas por Bolsonaro a Pacheco e Lira inclui privatização da Eletrobras

Pauta econômica

Número Ementa Onde está

- PL 4476/2020 - Lei do Gás Câmara
- PL 3877/2020 - Depósitos Voluntários Câmara
- PL 6726/2016 - Teto Remuneratório Câmara
- PL 3515/2015 - Superendividamento Câmara
- PLP 19/2019 - Autonomia do Banco Central Câmara
- PEC 45/110 - Reforma tributária Câmara/Senado
- PL 2646/2020 - Debêntures de infraestrutura Câmara
- PL 5877/2019 - Privatização da Eletrobras Câmara
- PL 5387/2019 - Marco Legal do Mercado de Câmbio Senado
- PLP 191/2020 Mineração em terras indígenas Câmara
- PEC 32/2020 - Reforma administrativa Câmara
- PL 3729/2004 - Licenciamento ambiental Câmara
- PL 5518/2020 - Concessões Florestais Câmara
- PL 2633/2020 - Regularização fundiária Câmara
- PL 4199/2020 - BR do Mar (cabotagem) Senado
- PLP 146/2019 - Marco legal das startups Senado
- PL 7843/2017 - Eficiência Administrativa (Govtec) Senado
- PL 5191/2020 - Fundo de Investimento Agrícola (Fiagro) Senado
- PL 3178/2019 - Muda regime de partilha do petróleo Senado
- PLS 232/2016 - Modernização do setor elétrico Senado

A pauta de Bolsonaro

Executivo pede prioridade para 26 projetos econômicos e nove de "costumes"

Número Ementa Onde está

- PLS 261/2018 - Transporte ferroviário em infraestruturas privadas Senado
- PEC 186/2019 - PEC Emergencial Senado
- PEC 187/2019 - PEC dos Fundos Senado
- PEC 188/2019 - PEC do Pacto Federativo Senado
- PLP 137/2019 - Uso dos fundos públicos para a pandemia Senado
- PLC 8/2013 - Cobrança de pedágio por trecho (free flow) Senado

Pauta de costumes

Número Ementa Onde está

- PL 6438/2019 - Registro, posse e comercialização de armas de fogo Câmara
- PL 6125/2019 - Normas aplicáveis a militares em GLO Câmara
- PL 3780/2020 - Aumento de pena para abuso sexual em menores Câmara
- PL 6093/2019 - Documento único de transporte Câmara
- PL 1776/2015 - Inclui pedofilia como crime hediondo Câmara
- PL 2401/2019 - Ensino doméstico (homeschooling) Câmara
- PL 3723/2019 - Porte de armas para categorias Senado
- PLS 216/2017 - Revisão da Lei de Drogas (Corrupção de menores) Senado
- PLC 119/2015 - Altera Estatuto do Índio contra infanticídio Senado

Fonte: Valor Econômico - SP

Data : 03/02/2021

ANÁLISE NO TCU DEVERÁ SER FEITA EM 60 DIAS

Tempo previsto anteriormente era de de 150 dias
Por Rafael Bitencourt — De Brasília

O ministro das Comunicações, Fábio Faria, informou que o Tribunal de Contas da União (TCU) sinalizou que vai reduzir o tempo de análise da licitação de vendas de licenças da quinta geração da telefonia móvel (5G) de 150 para 60 dias. “Economizaremos aí 90 dias para adiantarmos o processo”, disse o ministro, em pronunciamento no Palácio do Planalto sobre a visita a cinco países que atuam no desenvolvimento da tecnologia.

Faria disse que três ministros do TCU vão integrar a comitiva do governo, Bruno Dantas, Vital do Rêgo e Walton Alencar. Anteontem, durante a análise do edital do leilão pelo comando da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), a diretoria fez um cumprimento ao ministro do TCU, Raimundo Carreiro, que assistia à reunião transmitida pela internet para acompanhar a discussão travada pela liderança da agência.

A delegação formada por técnicos e autoridades do governo brasileiro tinha partida prevista para ontem para a viagem que inclui visita a Suécia, Finlândia, Coreia do Sul, Japão e China. A volta está programada para o dia 13.

“Vamos visitar todas as empresas e conversar com todos os CEOs e ter reuniões com os ministros das telecomunicações e de infraestrutura desses países”, afirmou Faria.

O governo e a Anatel têm a expectativa de publicar o edital e realizar o leilão até o fim do primeiro semestre.

Fonte: Valor Econômico - SP
Data : 03/02/2021

GOVERNO ESTABELECE PEC EMERGENCIAL COMO PRIORIDADE

Ideia de reforma tributária ampla foi adiada
Por Lu Aiko Otta, Matheus Schuch e Ribamar Oliveira — De Brasília

Definidas as presidências da Câmara e do Senado, a agenda da equipe econômica prevê, entre as prioridades, a aprovação do Orçamento de 2021, da PEC Emergencial e da reforma administrativa. A ideia de reforma tributária ampla foi adiada. O governo concentrará esforços para aprovar a unificação de PIS e Cofins, com a criação da Contribuição sobre Operações com Bens e Serviços (CBS).

A intenção do ministro da Economia, Paulo Guedes, era adotar ajuste fiscal mais rigoroso. No entanto, encontra resistências dentro do próprio governo e de integrantes da nova base de sustentação do presidente Bolsonaro. A pressão por medidas que elevam os gastos, como a recriação do auxílio emergencial, aumentou e tem apoio de parte do governo, inclusive, de ministros próximos ao presidente.

Fontes informaram ao Valor que, embora haja consciência sobre a necessidade de controle do endividamento público, a pandemia está "se arrastando muito" e a "pressão das ruas" dificilmente será ignorada. A demanda diz respeito a medidas para impulsionar o crescimento e ajudar aqueles que estão sem renda.

Para os técnicos, o tema mais urgente é a aprovação do orçamento de 2021, sem o qual, há risco de o governo ficar sem respaldo legal para pagar salários a partir de março e sob pena de descumprir a Regra de Ouro, uma vez que não poderá também emitir dívida.

O INPC chegou a 5,45% em 2020, elevando de tal forma as despesas previdenciárias e assistenciais que não será possível fechar o Orçamento de 2021 sem fazer corte adicional nos investimentos e no

custeio do governo. A proposta orçamentária, enviada pelo Executivo em agosto, já prevê o menor valor para as despesas discricionárias da série histórica. A única maneira de superar seria aprovar novas medidas para reduzir despesas obrigatórias, abrindo espaço para investimentos. É por essa razão que a área técnica defende a aprovação da PEC Emergencial, que cria instrumentos para cortar despesas.

A discussão está sendo coordenada pelo senador Márcio Bittar (MDB-AC), relator da proposta orçamentária e da PEC Emergencial. É uma discussão difícil, pois envolve cortes em áreas como saúde, educação, segurança pública e incentivos fiscais, uma forma de abrir espaço para novas despesas.

Uma alternativa é abrir crédito extraordinário no Orçamento deste ano para financiar programa de ajuda emergencial, durante esta fase mais aguda da pandemia. Seria uma versão mais bem focada do auxílio emergencial, com valor e prazo menores. O crédito extraordinário pode ser aberto por medida provisória e está fora do teto de gasto. Impactaria apenas a meta de resultado primário e, assim, o endividamento público.

A equipe econômica considera, ainda, que será necessário dialogar com os novos presidentes da Câmara e do Senado para avaliar quais temas poderão ser priorizados na janela de oportunidade que vai de agora até setembro ou outubro, quando começam as articulações para as eleições de 2022.

A saída de Rodrigo Maia (DEM-RJ) do comando da Câmara deve diminuir o antagonismo em relação ao ministro da Economia, Paulo Guedes, segundo avaliações internas do governo. No entanto, o Palácio do Planalto continuará com o desafio de formar maioria para aprovar suas propostas.

Para a área econômica, a janela de votações será mais bem aproveitada se forem priorizados os temas consensuais. São os casos dos novos marcos das concessões e da cabotagem, da lei do gás e da autonomia do Banco Central.

Os técnicos argumentam que são projetos que procuram dar mais segurança aos investidores. O ministro Guedes costuma dizer que essas alterações ajudam a transformar o perfil da recuperação econômica. Se no ano passado a economia foi puxada pelo consumo e influenciada pelo pagamento do auxílio emergencial e outras medidas de enfrentamento aos efeitos da pandemia, em 2021 a recuperação deverá vir dos investimentos.

Existe uma montanha de dinheiro lá fora, disse um interlocutor do ministro. A ideia é atraí-lo para a infraestrutura brasileira. Mas, para isso, é necessário dar segurança quanto à estabilidade fiscal no país, o que reforça a importância de se manter o teto de gastos.

Outro projeto que pode ser votado este ano é o da autonomia do Banco Central, que aponta para um reforço na estabilidade da moeda. A aprovação poderá ter impacto positivo no investimento e no emprego.

Esses são temas técnicos, que não envolvem disputa ideológica insuperável e que podem auxiliar na retomada da atividade econômica. Depois de aprová-los, será possível olhar para propostas que não têm consenso.

Do ponto de vista do Ministério da Economia, o mais viável é avançar com as propostas que tratam dos tributos federais, passando ao largo das disputas de Estados e municípios, o que ocorre no caso da discussão de uma reforma tributária ampla. Assim, poderia ser aprovada a reforma do PIS e da Cofins. Além dessa, a redução das alíquotas do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ), que tem como contrapartida a taxa de dividendos.

A reforma administrativa também é considerada como urgente, embora a equipe econômica esteja consciente do lobby que será feito das corporações de servidores junto aos parlamentares. A ideia é

que esta reforma, se aprovada, terá um impacto positivo considerável nas expectativas dos investidores, favorecendo a retomada da economia.

O governo trabalha numa proposta de desoneração da folha, a carteira Verde-Amarela. Mas essa enfrenta oposição até de Bolsonaro, pois seria financiada com um tributo sobre transações, algo que ele critica desde os anos 1990.

Fonte: Valor Econômico - SP

Data : 03/02/2021

POR QUE PRIVATIZAÇÃO É TEMA CONTROVERSO?

Entre defensores de estatais, há os de bem e os não republicanos

Por Cristiano Romero- Jornalista desde 1990. Formado pela Universidade de Brasília (UnB), trabalha no Valor desde a sua fundação.

Neste imenso país, o tema privatização tornou-se controverso devido aos seguintes fatores:

1. Segmentos da sociedade acreditam que, tendo desempenhado papel relevante no desenvolvimento acelerado de nossa economia entre a década de 1950 e o início da de 1980, as estatais precisam ser mantidas ou fortalecidas para liderarem um ciclo de crescimento como aquele;
2. Para segmentos da população, lucrar é pecado, logo, empresas privadas, principalmente as que atuam em serviços públicos, são vistas com desconfiança;

Entre defensores de estatais, há os de bem e os não republicanos

3. À esquerda do espectro político, é cláusula pétrea a tese de que vender estatais é diminuir o tamanho do Estado, reduzindo, portanto, a possibilidade de intervenção do governo na economia para defender interesses dos trabalhadores e dos pobres;

4. No setor privado, determinadas companhias se beneficiam da existência de estatais porque mantêm com estas relações, há décadas, nada republicanas;

5. Graças a estabilidade no emprego e aos salários e benefícios incomparavelmente superiores aos recebidos pela maioria dos trabalhadores do setor privado, os funcionários das empresas públicas são extremamente corporativistas. Amparado por sindicatos fortes (desde sempre, os mais aquinhoados financeiramente graças à base de arrecadação, superior à de qualquer outra no sindicalismo em decorrência dos altos salários), defendem diuturnamente seus interesses no Congresso Nacional;

6. O patrimonialismo, aspecto da vida nacional mais entranhado que o populismo, dificulta o debate porque grupos específicos de políticos, empresas e cidadãos são donos de parte do orçamento público, o que os fazem deter poder e se sentirem proprietários da coisa pública desde a fundação “torta” de nossa República, em 1889.

Se “seguir o dinheiro”, o leitor deduzirá que, na lista acima, provavelmente haja cidadãos honestos, pessoas de bem, nas categorias 1, 2, 3 e 5. Para o titular desta coluna, é equivocada a ideia de que a atuação das estatais possa tirar o país do “estado de coma” - economistas já falam em depressão - em que “vive” há 40 anos. Quem pensa assim só não pode se esquecer de que o modelo nacional estatizante quebrou em 1982 devido à segunda crise do petróleo (1979), acontecimento que derrubou a primeira peça do dominó que nos atingiu - resumidamente: maior importador de petróleo da época, os EUA viram a inflação escalar para 20%, obrigando o banco central a elevar a taxa de juros acima desse patamar; na sequência, os juros internacionais subiram nessa magnitude, criando um problema para os maiores devedores (países do chamado “Terceiro Mundo”, como Brasil e México, que aproveitaram os juros baixos da década de 1970 para tomar empréstimos lá fora e, assim, financiar os investimentos) e também para os credores (os bancos americanos).

Para alguns analistas, a crise de 1982 era conjuntural, o desafogo passaria, portanto, seria possível manter o modelo de desenvolvimento baseado por financiamento público viabilizado por endividamento interno e externo do Estado, economia fechada, parceria com o capital estrangeiro em indústrias de matérias-primas controladas pelo governo e a existência de estatais gigantescas, monopolistas, tanto na oferta de infraestrutura quanto de bens quanto de serviços.

Não há complexidade alguma em entender por que aquele modelo era inviável. Ora, porque quebrou o país, tornou-se inadimplente no mercado internacional, e isso aconteceu porque era inviável financiar aquilo “ad eternum”. As consequências da falência do modelo e, principalmente, a resistência de grupos de interesse ao seu desmonte provocaram, entre outras tragédias, o longo período de inflação crônica que destruiu a capacidade de planejamento das empresas; contribuiu decisivamente para concentrar a renda no país; inviabilizou a capacidade do Estado de investir em infraestrutura e prestar serviços públicos dignos em educação, saúde e assistência social; desequilibrou as finanças públicas a tal ponto que, quase 40 anos depois, o setor público segue deficitário.

Segundo dados compilados pela OCDE (Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico), em 1980, auge do modelo estatizante, havia 382 estatais neste canto do planeta a que chamamos de Brasil. Não se tenha dúvida: o estatismo foi uma das principais causas do caos inflacionário que tanto prejudicou o progresso desta economia e, assim, a possibilidade de diminuir radicalmente os níveis de pobreza e miséria que afligem dezenas de milhões de brasileiros.

Depois de várias tentativas frustradas e com atraso em relação a países da região, a Ilha de Vera Cruz conseguiu acabar com a hiperinflação com o advento do Plano Real, em 1994. A batalha contra a inflação é cotidiana, mas muitos caíram na ilusão de achar que a almejada estabilização de preços resolveria nossos problemas seculares. Não, de forma alguma.

Esta economia não trocou inteiramente o hardware nem o software que teriam funcionado até o fatídico ano de 1982. A jornalista Claudia Safatle, colunista do Valor e um dos maiores experts no assunto, tendo inclusive feito a cobertura da crise da dívida e de seus desdobramentos nas décadas seguintes, não tem dúvida. “O Brasil nunca superou aquela crise”, vaticina Claudia. “Foi a mãe de todas as crises.”

Debelar a inflação alta era condição para que se recomeçasse o jogo a partir da divisão de riquezas, da distribuição de renda, da correção de injustiças com as minorias, da reparação de uma dívida histórica com os negros - maioria étnica entre nós, com 56,1% da população -, da oferta equânime de oportunidades a todos por meio da oferta de ensino e saúde públicos de qualidade, tudo isso condição para a volta do crescimento econômico - sim, este só retornará quando houver equilíbrio nas finanças públicas, condição “sine qua non” para o aumento da poupança nacional e, assim, do investimento, mas não se deve fazer isso sacrificando mais uma geração de brasileiros pobres porque, sem civilização, não haverá crescimento sustentável. A pandemia, ao expor de forma crua as nossas vergonhas, acordou consciências há muito adormecidas. Uma delas, cujo grito estava abafado, manifesta que, “com racismo, não há democracia”. Há outras.

Cristiano Romero é editor-executivo e escreve às quartas-feiras

E-mail: cristiano.romero@valor.com.br

Fonte: Valor Econômico - SP

Data : 03/02/2021

portosenavios

PORTAL PORTOS E NAVIOS

E-NAVIGATION DEMANDARÁ APRIMORAMENTO CONSTANTE PARA SEGURANÇA CIBERNÉTICA

Por Danilo Oliveira NAVEGAÇÃO 03 Fevereiro 2021



<https://cdn-pen.nuneshost.com/images/201120-vtmis-porto-de-vitoria-navi-harbour.jpg>

Arquivo/Divulgação Codesa

Diretor-geral de navegação da Marinha disse que tecnologias como o 5G vão exigir novos paradigmas de proteção de dados no longo prazo.

O diretor-geral de navegação da Marinha do Brasil, almirante de esquadra Marcelo Francisco Campos, afirmou, nesta quarta-feira (3), que a tecnologia da informação (TI) é um eixo fundamental para garantir a confiabilidade de sistemas e a segurança contra ataques cibernéticos. Para o almirante Campos, já ocorre uma 'guerra cibernética' e tecnologias como o 5G vão exigir novos paradigmas de segurança no longo prazo. Ele explicou que cada aprimoramento do e-navigation vai exigir mais segurança associada à implementação de novos sistemas e novos serviços que venham a ser integrados ao e-navigation.

"As vulnerabilidades serão maiores. Vamos ter que implementar novas regras de segurança cibernética. Para termos a confiabilidade do sistema não podemos ficar sujeitos a ataques. O e-navigation é uma preocupação nossa. Por isso, enfatizamos o eixo de TI para ter garantia de que não seremos alcançados por ataque cibernético. Teremos que desenvolvê-lo constantemente", disse Campos durante o webinar 'Estratégia de implementação do conceito e-Navigation para Águas Jurisdicionais Brasileiras', promovido pela Fundação Getúlio Vargas (FGV).

Na ocasião, o diretor-geral de Navegação da Marinha destacou oportunidades de negócios na implementação do conceito e-navigation relacionadas ao desenvolvimento de sistemas e soluções em TI, à utilização de inteligência artificial e à integração e apresentação de dados, bem como o desenvolvimento de equipamentos de controle para navios e organizações militares de terra, permitindo a interface entre parte de controle marítimo comercial e a defesa. Outra frente é o apoio à defesa cibernética e consultorias para desenvolvimento de sistemas de despachos, governanças e gestão de ativos.

A autoridade marítima vislumbra o faseamento para implementação desse conceito, indo das fases mais simples até as mais complexas, com partes marítimas e em terra. "Em todas as fases, tanto a navegação de longo curso quanto a cabotagem e chegando a parte portuária serão integradas nesses 16 serviços que a IMO [Organização Marítima Internacional] promulgou para a implementação do e-navigation", detalhou.

O almirante Campos ressaltou que a economia do país e segmentos importantes como o agronegócio ganharão com o e-navigation associado ao binômio porto-navio. Ele acredita que a segurança da navegação possibilitada pelo conceito poderá reduzir apólices de seguros marítimos associados aos navios e, conseqüentemente, até diminuir o frete e o Custo Brasil, tornando produtos mais competitivos. O diretor-geral de navegação reforçou que o país precisa se adaptar às regras implementadas pela IMO a fim de ampliar sua competitividade.

A Marinha trabalha junta a demais autoridades para que a implementação do e-navigation venha a abarcar todos os sistemas de monitoramento do tráfego de navios (VTMS). O almirante Campos salientou a necessidade de os VTS e VTMS poderem se integrar. "Se não nascerem de forma integrada, depois teremos que gastar mais recursos para integrá-los. Esse direcionamento é fundamental. A implementação de uma estratégia nesse momento é crucial para estratégia do e-navigation", frisou.

Ele explicou que o e-navigation é um integrador de vários outros sistemas. Há perspectiva de alinhar o e-navigation ao Sistema de Gerenciamento da Amazônia Azul (SisGAAz), que utiliza processo semelhante. "Queremos ter alinhamento entre e-navigation e SisGAAz. Essa integração é

fundamental. São vários sistemas que já existem e serão integrados dentro de um grande portal, que é o e-navigation”, resumiu o almirante Campos.

Fonte: *Portal Portos e Navios - RJ*

Data: 03/02/2021

LONGO CURSO ACREDITA EM RECUPERAÇÃO AO LONGO DE 2021

Por Danilo Oliveira *NAVEGAÇÃO 03 Fevereiro 2021*



<https://cdn-pen.nuneshost.com/images/200909-navio-porta-conteiner-porteiner-porto.jpg>

Arquivo/Divulgação

Avaliação do Centronave é que os estoques em recomposição nas principais economias desenvolvidas, além do início da vacinação em massa em todo o mundo, tendem a mitigar gradativamente os complexos problemas da atividade.

O Centro Nacional de Navegação Transatlântica (Centronave) avalia que a visibilidade da recuperação da atividade do transporte marítimo no curto prazo continua limitada devido a uma série de incertezas identificadas pelos grandes armadores. A entidade acredita que a situação é temporária, à medida que os fluxos logísticos globais comecem a normalizar-se ao longo de 2021 e se consiga recuperar a completa eficiência operacional das embarcações e de suas linhas de navegação. A avaliação é que os estoques em recomposição nas principais economias desenvolvidas, além do início da vacinação em massa em todo o mundo, tendem a mitigar gradativamente os complexos problemas de hoje.

Para o Centronave, até mesmo o aumento de voos internacionais, já em curso, permitirá o retorno gradativo de algumas cargas para o transporte aéreo. Assim como é esperada a gradativa renovação do parque mundial de contêineres e o aumento da capacidade de espaço. A leitura é que outras importantes questões, como mudanças estruturais na logística mundial, a crescente e acelerada digitalização de processos, as inovações e as mudanças de padrões de consumo terão também impactos positivos no futuro.

As empresas do transporte de longo curso consideram que este início de 2021 poderia até ser chamado de uma 'tempestade perfeita' para os fluxos globais de contêineres, na medida em que é uma evolução dos desdobramentos de 2020, apontado como ano completamente atípico. A atual recomposição de estoques de mercadorias, principalmente na Europa e nos Estados Unidos, aumentou significativamente a demanda global de transporte marítimo, sobretudo nos últimos meses de 2020. Paralelamente, os efeitos das medidas para conter a pandemia de Covid-19 causaram estresse nas cadeias logísticas mundiais, resultando na falta de navios, de contêineres e até de caminhões em alguns locais, causados pelo aumento súbito da demanda e somada à redução de produtividade em portos, terminais, armazéns e terminais interiores.

Na visão do Centronave, os armadores internacionais continuam a trabalhar para mitigar os efeitos desta situação de curto prazo, utilizando todos os navios e contêineres disponíveis, além de trabalhar com seus clientes, parceiros e intervenientes nas cadeias logísticas para a rápida rotação e devolução de unidades vazias para reutilização. A partir de março de 2020 e durante o segundo trimestre daquele ano, o lock-down em importantes mercados mundiais causou a paralisação de navios, inclusive com carga a bordo, e com contêineres presos no interior dos países. Para os armadores do longo curso, a queda da demanda foi dramática em todos os mercados, da ordem de dois dígitos. "No Brasil não foi diferente, com um total desbalanceamento entre importações e exportações, o que provocou muito esforço por parte dos armadores para prover contêineres para as exportações brasileiras", salientou o diretor executivo do Centronave, Claudio Loureiro de Souza.

O terceiro trimestre do ano passado foi surpreendente devido a uma demanda impulsionada por forte reposição de estoques, primeiro nos Estados Unidos e, em seguida na Europa, além de uma



mudança de padrões de consumo e estimulada por ajudas governamentais. A resposta imediata dos transportadores marítimos, segundo o Centronave, foi de voltar a empregar toda e qualquer capacidade disponível em contêineres e navios. No entanto, houve gargalos em praticamente todos os níveis da cadeia logística em diversos países, como efeitos de um período de excesso de demanda concentrada. "É fácil imaginar o impacto cumulativo de atrasos em todo o sistema, reduzindo sua velocidade global", disse Loureiro.

Ele acrescentou que os mercados de compra e venda e de afretamento de navios de contêineres está praticamente paralisado. Segundo Loureiro, faltam navios, face ao crescimento da demanda após o período de ajuste da oferta e à queda generalizada da produtividade. A própria produção de contêineres novos diminuiu 40% em 2020, em comparação a 2019. De acordo com o Centronave, a ociosidade mundial de frota de navios é neste momento praticamente nula, cerca de 1,5% (10,6% há um ano), o que é tecnicamente capacidade zero de crescimento de oferta de espaço.

O Centronave entende que a combinação desses fatores contribuiu para a ocorrência de volatilidade e de picos nos valores de fretes mas apenas no mercado spot. A associação alega, entretanto, que parte significativa dos fretes de contêineres é hoje baseada em contratos plurianuais e com fretes estáveis. "Embora não tenhamos os dados exatos, estimamos, por exemplo, que entre 40 e 50% do mercado de importação da China para o Brasil seja hoje regido por contratos", afirmou Loureiro.

Ele ressaltou que o contrato de transporte gera compromissos para ambas as partes, dando estabilidade e previsibilidade a todos os players envolvidos, podendo evitar a volatilidade que sempre existirá no mercado spot. A lógica, segundo Loureiro, é válida tanto para este como para todos os mercados do shipping global, como o do transporte de graneis e de petróleo e derivados. "Optar por este formato spot, contudo, muitas vezes pode gerar oportunidades de fretes muito baixos em determinados momentos mas há que se considerar os riscos envolvidos, como a atual inevitável e indesejada falta de espaço", destacou.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 03/02/2021



MERCO SHIPPING MARÍTIMA LTDA

MERCO SHIPPING DISPONIBILIZA O INFORMS TAMBÉM ATRAVÉS DE RSS

Agora ficou mais fácil acompanhar as notícias publicadas no InforMS. A publicação enviada diariamente está agora disponível em tempo real no formato RSS.

Para utilizar os recursos de "feeds" é necessário ter um software agregador de notícias instalado em seu computador. Basta inserir o link do arquivo XML do InforMS <http://www.mercoshipping.com.br/feed.xml> no seu agregador para receber as notícias.

Para obter maiores informações consulte as instruções constante no site da Merco Shipping (www.mercoshipping.com.br).

Fonte : InforMS

Data : 20/04/2006